

**A Constituição de Atenas**  
**Aristóteles**  
**Tradução de A.S. Costa**  
**Fonte: Editora Casa Mandarin**

**I**

Foram submetidos a julgamento perante um tribunal formado por pessoas pertencentes a nobres famílias, e que prestava juramento na cerimônia dos sacrifícios. Míron ocupava o cargo de acusador. Os réus eram acusados de sacrilégio por desenterrarem os cadáveres, expatriando a raça para sempre. Como expiação, Epimênides de Greta efetuou a purificação da cidade.

**II**

Depois deste acontecimento, houve paz durante muito tempo entre as classes superiores e o populacho. Não era apenas o governo que era oligárquico, mas em todos os seus aspectos, mas também, todas as pessoas humildes, homens, mulheres e crianças eram servas dos ricos. Denominavam-se Pelatae e Hectemori, pelo fato de cultivarem as terras dos abastados mediante o arrendamento indicado por essas mesmas palavras. Todas as terras se achavam nas mãos de certo número de indivíduos, e, se os arrendatários deixavam de cumprir o combinado, expunham-se a ser submetidos à escravidão juntamente com seus filhos. As garantias, de todas as espécies, eram dadas pelos devedores, por cuja conta corriam todos os ônus, costume que vigorou até a época de Sólon, que foi o primeiro a se apresentar como paladino do povo. Porém, a maior humilhação e amargura que encerrava a constituição aos olhos de todos, era o seu verdadeiro estado de servidão. Não quer isto dizer que ficassem satisfeitos com qualquer outro aspecto de sua sorte, visto como, em geral, não desfrutavam de participação em coisa alguma.

**III**

A antiga constituição, tal como existia nos tempos de Drácon, estava organizada da seguinte maneira: os magistrados eram eleitos entre as pessoas de alta sociedade e de opulenta. Embora o governo não fosse vitalício, estendia-se por períodos de dez anos. Os primeiros magistrados eram hierarquicamente os seguintes: o Rei, o Polemarca e o Arconte. O mais antigo desses cargos era o de Rei, que já existia desde as épocas mais remotas. Depois se criou o de Polemarca, em vista de alguns Reis se terem mostrado fracos nas guerras. Por esse motivo convidou-se Íon para que aceitasse o cargo, em ocasião que era de urgente necessidade. O último dos três cargos foi o de Arconte, o qual, afirma a maioria das autoridades, foi instituído no tempo de Médon, embora haja quem diga ter sido na época de Acasto, aduzindo como prova, o fato dos nove Arcontes jurarem cumprir as obrigações que lhe eram impostas, como nos tempos de Acasto, o que parece querer dizer que foi em tal época que os descendentes de Codro abdicaram da realeza, em troca das prerrogativas conferidas ao Arconte. Pouco importa a época, mas que este magistrado fora o último a ser criado, nos demonstra o fato de que o Marchante não desempenhava qualquer função nos sacrifícios ancestrais, enquanto que ao Rei e ao Polemarca cumpria tal tarefa. De modo que, somente de certo tempo a esta parte, chegou a ter grande importância, a função de Marchante. Os Thesmotetos foram instituídos muitos anos mais tarde, quando os cargos acima mencionados foram convertidos em anuais, com o fim de que pudessem inscrever publicamente todas as decisões legais e atuar como zeladores das mesmas com o objetivo de determinar as conclusões entre os litigantes.

Esse e o precedente cronológico relativo às ditas funções. Naquelas épocas, os nove Arcontes não viviam em comum. O Rei ocupava o palácio que agora conhecemos com o nome de Bukolio, perto do Pritaneu. O Arconte vivia no Pritaneu e o Polemarca no Epiliceo. Os Thesmotetos ocupavam o Thesmotedeo. Não

obstante, nos tempos de Sólon, todos os magistrados se reuniam no Thesmotedeo. Tinham o poder de decidir definitivamente os julgamentos, com autoridade própria, e não como em nossos dias, que apenas se reúnem em audiência preliminar. Tal era a disposição das magistraturas. O Conselho do Areópago tinha a seu cargo a proteção das leis, dever que lhe era imposto constitucionalmente, mas na realidade exercia a administração da maior e mais importante parte do governo da República, aplicando castigos corporais e multas sumariamente a todos os cidadãos cuja conduta não fosse perfeita. Foi por uma conseqüência natural dos fatos que os Arcontes eram eleitos entre as classes de posição elevada, enquanto que o Areópago era composto de pessoas que já tinham desempenhado a função de Arconte. Por tal motivo, o lugar de membro do Areópago foi o único que continuou sendo vitalício até os nossos dias.

#### IV

De um modo geral, era essa a primitiva constituição. Porém, não transcorreu muito tempo entre os acontecimentos que acabamos de narrar e os dias em que Drácon pôs em vigor suas medidas, na época em que Aristarco desempenhou o cargo de Arconte. Sua constituição apresentava as seguintes características: concedia privilégios a todos que pudessem, à sua custa, possuir a equipagem militar; os nove Arcontes e os Tesoureiros eram escolhidos entre as pessoas que possuísem propriedades livres de ônus, não inferiores a dez minas, enquanto que os cargos menos importantes eram dados aos que possuísem equipagem militar, e os generais (Estrategos), e chefes de cavalaria (Hiparcos), entre os que pudessem declarar propriedades sujeitas a impostos não inferiores a cem minas, e que tivessem filhos maiores de dez anos, nascidos de matrimônio legal. Estes cargos levavam em si a retenção da finança dos Pritanos, Estrategos e Hiparcos do ano anterior, até que suas contas fossem verificadas, tomando-se quatro pessoas da mesma classe como garantia. Havia também um conselho formado de quatrocentos e um membros, que eram eleitos por sorteio entre os privilegiados. Tanto para essa, como para as demais magistraturas, só podiam concorrer as pessoas com mais de trinta anos, não podendo ninguém ocupar o cargo duas vezes, antes que todos os demais o tivessem ocupado, quando então eram eleitos novamente por sorteio. Se algum dos membros deixava de assistir as reuniões do Conselho ou da Assembléia, era obrigado a pagar uma multa, de três dracmas

se tratava de um Pentacosimedimnio; de dois, se era Cavalheiro; e um, se era Zeugita. O Conselho do Areópago estava encarregado de guardar as leis e vigiar os magistrados, para que desempenhassem seus cargos de conformidade com a lei. Todo aquele que se considerasse ofendido apresentava sua reclamação perante o Conselho do Areópago, declarando qual era a lei infringida pelo prejuízo que lhe tinha sido causado. Porém, como já dissemos anteriormente, as dívidas eram garantidas pela vida do devedor, e a terra estava nas mãos de uns poucos indivíduos.

#### V

Posto que, fosse essa a organização constitucional e a maioria da população fosse escrava da minoria, as massas se rebelaram contra as classes superiores. A discórdia era enorme e, durante muito tempo, ambos os partidos figuraram em bandos hostis, até que finalmente, e com consentimento recíproco, Sólon foi nomeado como mediador e Arconte, sendo posta em suas mãos a constituição. Com respeito a reputação, Sólon figurava entre os que a possuíam mais sólida, mas quanto a riqueza e posição, nada ele possuía, pois pertencia à classe média, conforme era costume seu não esconder.

De qualquer modo, é certo que sempre censurava os ricos como promotores dos conflitos, atacando a avarícia pela riqueza e o espírito de lucro, querendo dizer que isso era o ponto principal das questões.

#### VI

Tão depressa se pôs à frente das coisas públicas, Sólon libertou o povo de uma vez, proibindo todos os negócios com fiança da vida do devedor, fazendo ainda leis novas, mediante as quais, ficavam anuladas todas as dividas, tanto as públicas como as particulares. Esta medida chama-se vulgarmente Seisacteia, ou seja, o alívio de encargos. Condenando tal medida, alguns intentam censurar o caráter de Sólon. Aconteceu que, quando ele ia pôr em execução a Seisacteia, comunicou sua intenção a algumas pessoas de classe superior, diante do que, como disseram os partidários dos populares, seus amigos quiseram surpreendê-lo, enquanto que os que queriam atacar seu caráter, afirmavam que também ele tinha participado da fraude. Porque essas pessoas tomavam emprestadas e adquiriam grandes extensões de terras e, desse modo, quando passava algum tempo, todas as dividas ficavam sem efeito e elas ficavam na opulenta, sendo esta, segundo diziam, a origem das famílias que logo eram consideradas como ricas, a partir dos tempos mais remotos. Contudo, o mais provável é o que afirmava o partido popular. Homem tão moderado e inspirado em favor do público em todos os seus demais atos, que quando estava a seu alcance esmagar os seus concidadãos sob os pés, proclamando-se tirano, preferiu afrontar a hostilidade de ambos os partidos pondo sua honra e bem-estar de lado, não é provável que consentisse em sujar suas mãos com desprezível e palpável fraude. Que dispunha deste absoluto poder, é coisa que nos indica, em primeiro lugar, o desesperado aspecto do país. Ademais, em seus escritos, ele o repetia constantes vezes, sendo coisa admitida por todos. Por isso nos vemos obrigados a considerar falsa a acusação.

## VII

Sólon redigiu logo uma constituição e pôs em vigor novas leis. As medidas adotadas por Drácon foram abolidas, exceto as referentes ao homicídio. As leis foram estritas em tabuletas que se afixaram no Pórtico do Rei, jurando todos respeitá-las, prestando também os Arcontes o seu juramento, declarando que mandariam erigir, à sua custa, uma estatua de ouro, se violassem qualquer das novas leis. Tal é a origem do juramento que, para o mesmo efeito, ainda é prestado em nossos dias. Sólon ratificou suas leis para que produzissem efeito durante o período de uma centúria, organizando a constituição do modo seguinte: dividiu a população em quatro classes de acordo com a propriedade, Como já tinha sido dividida anteriormente, quer dizer, em Pentacosimedimnios, Cavaleiros, Zeugitas e Thetos. As várias magistraturas, a saber: os nove Arcontes, os Tesoureiros, os Encarregados dos Contratos Públicos, ou Poetae os Onze, e os Atuários da Fazenda, ou Colacretes, que assinavam aos Pentacosimedimnios, Cavalheiros e Zeugitas, confiando cargos a cada classe, proporcionalmente ao valor de suas propriedades. Aos que figuravam entre os Thetos, apenas deu um lugar na Assembléia e no Tribunal de Jurados. Considerava como pertencente aos Pentacosimedimnios, os que conseguiam de suas terras quinhentos medimnos de azeite ou de grão. Os considerados como Cavalheiros eram os que conseguiam trezentas medidas, ou como dizem alguns, os que podiam manter um cavalo. Como base desta ultima denominação aduzem o nome da classe, que pode supôr-se derivado deste fato, bem como algumas oferendas votivas de tempos primitivos, porque se vê na Acople uma oferenda votiva, uma estátua de Diphilio que tem esta inscrição:

"O filho de Diphilio, Antemion, elevou-se de Theto a Cavalheiro, E ofereceu aos deuses este cavalo esculpido, Pela sua promoção e em ação de graças".

Vê-se ali claramente um cavalo junto ao homem, supondo que isto é o que significava dizer que pertencia à hierarquia de Cavalheiro. Ao mesmo tempo, é razoável supor que esta classe, como a dos Pentacosimedimnios, era assim chamada por possuir uma renda de certo número de medidas. Os que figuravam na hierarquia dos Zeugitas colhiam duzentas medidas de azeite ou trigo, sendo os demais, considerados Thetos, não podendo ser eleitos para nenhum cargo.

Daí o fato de que, quando atualmente se pergunta a um candidato a qualquer cargo, a que classe pertence, ninguém pensa em responder que à dos Thetos

## VIII

As eleições para as varias funções instituídas por Sólon, eram realizadas por sorteio entre os candidatos selecionados por cada uma das tribos. Cada tribo elegia dez candidatos para os nove Arcontes, efetuando-se o sorteio entre eles. Daí prevalecer o costume de em cada tribo se eleger dez candidatos por sorteio. Prova de que Sólon regulamentou as eleições para os cargos, segundo a classe de proprietários, é a lei em vigor referente aos Tesoureiros, que estabelece que eles devem ser eleitos entre os Pentacosiomedimnios.

Essa foi a legislação de Sólon com respeito aos nove Arcontes, enquanto nos tempos primitivos o Conselho do Areópago reunia pessoas capacitadas, de acordo com seu próprio juízo, e as nomeava para aquele ano, destinando-as aos diferentes cargos. Havia quatro tribos, como anteriormente, e quatro vice-reis. Cada tribo estava dividida em três Trittys ou Tercios, com doze Naucrarias cada uma; as Naucrarias tinham seus próprios chefes, chamados naucrari, cujo dever consistia em administrar os ingressos e gastos correntes. Daí que, entre as leis de Sólon, hoje em desuso, se tenha escrito repetidas vezes que os naucrari tinham que perceber e gastar ao fundo naucrario. Também designou Sólon um Conselho de quatrocentos, cem por cada uma das tribos, mas assinou ao Conselho do Areópago o dever de inspecionar as leis, agindo como anteriormente, de guardião da constituição em geral. Tinha a seu cargo a inspeção de todos os assuntos referentes à República, na maioria das matérias, aplicando penas aos que as violavam, tendo amplos poderes para impor multa ou castigos corporais. O dinheiro recebido das multas era levado à Acrópole, sem constar o motivo por que a multa havia sido aplicada. Também julgava aos que conspiravam para derrubar a República, pois Sólon havia posto em execução uma lei que impedia que tais acusados fossem julgados inculpados. Demais, como visse que o Estado era constantemente perturbado por disputas internas, enquanto muitos cidadãos, devido a mera indiferença, aceitavam tudo quanto ocorresse, promulgou uma lei que se referia precisamente a tais pessoas, dizendo que todo aquele que em tempo de dissensões civis não pegasse em armas em favor de qualquer dos partidos, perderia seus direitos de cidadão, ficando afastado de tudo quanto dissesse respeito à República. Essa foi a sua legislação no que se referia às magistraturas.

## IX

Ha três pontos na constituição de Sólon que, parece, são seus aspectos mais democráticos: o primeiro, e de maior importância, é a proibição de empréstimos com garantia pessoal da vida do devedor; em segundo lugar, o direito que gozava todo aquele que quisesse reclamar justiça em favor de quem quer que fosse que tivesse seus direitos feridos; em terceiro lugar, a instituição de poder apelar para os juízos formados por jurados. A este ultimo, segundo se afirma, deveram as massas a sua força, mais que a qualquer outro fator, embora quando a democracia se apodera da força dos votos, apodera-se também da constituição. Demais, visto que as leis não foram estatuídas em termos claros e explícitos, senão como a referente à direção e proteção do Estado, surgiram disputas inevitavelmente, tendo os tribunais que decidir em todos os assuntos, já públicos, já particulares. Alguns crêem que Sólon fez as leis indeterminadas letradamente, com o fim de que a decisão final pudesse estar nas mãos do povo. Mas não cremos isso provável, sendo, sem duvida, o motivo, a impossibilidade de alcançar a perfeição ideal quando se esboça uma lei em termos gerais, porque deve se julgar suas intenções, não pelos resultados reais atuais, mas pelo teor geral do resto de sua legislação.

Essas, parece, foram as características democráticas de suas leis, porém, contudo, antes do período de sua legislatura, levou a termo a abolição das dividas e, depois disso, o aumento do tipo nos pesos, nas medidas e na moeda. Durante a sua administração, as medidas de Pheidon aumentaram relativamente; a mina que tinha anteriormente um valor de setenta dramas, elevou-se até cem. O tipo de moeda dos tempos primitivos era de duas dramas por peça. Também ordenou que os pesos correspondessem à moeda, entrando sessenta e três minas em um talento, sendo o antigo de três minas, distribuído entre os staters e os demais valores.

## XI

Uma vez completa a organização de sua constituição, como vimos de explicar, viu-se assediado pela turba que o acusava de suas leis, criticando-o sobre tal coisa e interrogando-o sobre tal outra, até que, não querendo alterar o que havia decidido, nem ser objeto da malevolência geral, vivendo em Atenas, resolveu sair em viagem pelo Egito, com o duplo objetivo de comerciar e viajar, dando a entender que não regressaria antes de dez anos. Considerava que não devia explicações de suas leis, mas entendia que todos deviam respeitar como tinham sido elaboradas. Além disso, sua situação nessa época não era nada cômoda, pois todo quanto acontecia em virtude da abolição das dívidas, lhe era atribuído, indispondo-se ambos os partidos com ele, devido ao desencanto que sofreram ao ver o estado de coisas a que tinham sido reduzidos. As classes populares esperavam que toda a propriedade fosse distribuída, enquanto que as classes superiores queriam que tudo ficasse como estava anteriormente. Não obstante, Sólon resistiu a ambos os partidos. Podia muito bem ter se erigido em déspota, filiando-se a qualquer dos partidos, mas preferiu, à custa de conquistar a inimizade de ambos, adotar o papel de salvador de seu país, e de legislador ideal.

## XII

Essas foram as razões que levaram Sólon a deixar sua pátria. Depois de sua partida continuou dividida; durante cinco anos viveram em paz. porém ao chegar o quinto ano do governo de Sólon, não foi possível eleger o Arconte em vista das dissensões e quatro anos mais tarde, também não foi possível eleger pelos mesmos motivos. Depois, uma vez passado igual período, foi eleito Arconte, Damasias, governando dois anos e dois meses, até que foi violentamente destituído de seu cargo. Depois convencionou-se, mediante compromisso, eleger dez Arcontes, cinco entre os Eupatridios, três entre os Agroecios e dois entre os Demiurgos, governando Damasias, durante o ano seguinte. Isto evidencia que o Arconte era naquele tempo o magistrado que possuía maior poder, embora se observe que os conflitos se originavam sempre por motivos relativos a esse cargo. Apesar das eleições, continuou-se a viver em desordem interna. Alguns achavam motivos e justificação para seu descontentamento, na abolição das dívidas, porque com isso viram-se reduzidos à pobreza; outros não se mostravam satisfeitos quanto à constituição política. Naquela época havia três partidos: o da Costa, cujo chefe era Megacles, filho de Alcmeon, considerado como partidário, de forma moderada, da facção do governo; os da Planície, que queriam a oligarquia e obedeciam a Licurgo; e os Montanheses, cujo caudilho era Pisístrato, tido como democrata extremado. Este último partido viu-se reforçado pelos que tinham tido anuladas as dívidas que deviam ter recebido e que, por isso, tinham, ficado na pobreza, bem como por aqueles cujo ascendente não era puro e cuja adesão era motivada pelo receio pessoal. Prova do que dizemos é o fato de que, depois que a tirania foi derrubada, estabeleceu-se a revisão do padrão da cidade, baseando-se tal deliberação no fato de que muita gente gozava privilégios sem direito algum. Os nomes por que eram conhecidos os diferentes partidos, eram derivados dos distritos em que possuíam suas terras.

## XIII

Pisístrato gozava da reputação de ser democrata extremado, tendo também se distinguindo muito na guerra com Megara. Aproveitando-se desta situação tão especial, feriu-se propositalmente e, fingindo que tinha sido atacado pelos seus rivais políticos, convenceu o povo, mediante moção apresentada por Aristion, para que lhe fosse dada uma guarda pessoal. Uma vez conseguida essa guarda composta de maceros, como eram chamados, pôs-se à sua frente e atacou a Acrópole, apoderando-se dela. Isso aconteceu durante o mandato do Arconte Comeas, trinta e dois anos depois da legislação de Sólon. Dizia-se que quando Pisístrato solicitou sua guarda, Sólon se opôs à petição, declarando que, opondo-se, mostrava-se mais prudente que metade do povo, com mais valor que a outra metade e mais cauteloso que aqueles que não viam que Pisístrato aumentava à idéia de fazer-se tirano; mostrava-se finalmente, mais corajoso que aqueles que tinham pensado

tudo isso, mas que guardavam silêncio. Observando, porém, que suas palavras de nada serviam, pegou na sua armadura e expôs à porta de sua casa, dizendo que tinha ajudado sua pátria, até aquele momento, em tudo quanto tinha estado ao seu alcance (pois era já muito velho), rogando a todos os demais que fizessem o mesmo. As exportações de Sólon foram inúteis, assumindo, assim, Pisístrato, o poder. Sua administração parecia-se mais com um governo constitucional que com o de . um tirano, porém, antes que seu governo estivesse bem solidificado, os partidários de Megácles e de Licurgo coligaram-se e expulsaram-no. Isto aconteceu durante o mandato do Arconte Hegesias, cinco anos depois de Pisístrato ter se apoderado do governo. Onze anos mais tarde, Megácles encontrando dificuldades na luta partidária, entabulou negociações com Pisístrato, propondo-lhe que casasse com sua filha, introduzindo-o novamente em Atenas, mediante esta condição, e aproveitando um plano tão primitivo como simples. Ante tudo isso, espalhou-se o rumor de que Atenea lhes trazia Pisístrato e, assim, ao encontrar uma mulher de grande estatura e beleza, chamada Phié, que, segundo Heródoto, era da aldeia de Peania, mas que, segundo outros, era florista da Trácia, pertencente à aldeia de Collytos, disfarçou-a de maneira que ela se parecesse com a deusa, sendo recebida na cidade acompanhando Pisístrato. Este ia num carro a seu lado e os habitantes de Atenas, surpreendidos e estupefatos, receberam-no com adoração.

#### XIV

Deste modo Pisístrato voltou pela segunda vez. Não teve, entretanto, o poder por muito tempo nas mãos, pois seis anos mais tarde foi novamente expulso da cidade. Recusou a tratar a filha de Megácles como esposa sentindo medo, em vista da combinação dos dois partidos opostos, retirou-se de Atenas. Primeiramente foi para Raicelo, onde formou uma colônia, transferindo-se depois para a campina situada próximo do monte Pangaeso. Aí se tornou rico e, dez anos depois, alistando mercenários, voltou a Etréria, tentando recuperar o governo violentamente. Nessa empresa foi ajudado por muitos aliados, especialmente por gente de Tebas, e Lygdamis de Naxos, isto é, os Cavalheiros que tinham em suas mãos o supremo poder de Etréria. Depois de sua vitória na batalha de Pallene, apoderou-se de Atenas e, uma vez tendo desarmado o povo, pôde finalmente ver triunfante sua tirania, o que lhe permitiu a tomada de Naxos, estabelecendo Lygdamis como governante. Para desarmar o povo serviu-se do seguinte expediente: ordenou que se celebrasse uma parada no Teseu, à qual todos deviam comparecer armados, iniciando a cerimônia com um discurso dirigido às massas. Falou durante pouco tempo, até que os presentes declararam que não o podiam ouvir. Então pediu-lhes que se dirigissem para a entrada da Acrópole para que melhor lhe pudessem ouvir a voz. Entretanto, enquanto continuava sua peroração, que foi longa, uns homens, que tinham sido designados para isso, recolheram as armas, encerrando-as nas câmaras do Teseu, voltando após o cumprimento da tarefa, e fazendo um sinal para dizer que estava tudo pronto. Quando Pisístrato acabou de dizer o que precisava lhes comunicar, contou-lhes o ocorrido com as armas, acrescentando que não se surpreendessem nem alarmassem, mas que apenas voltassem às suas casas e se ocupassem com seus trabalhos habituais, pois que dali em diante ele seria o encarregado de dirigir a administração pública.

#### XV

Essa foi a origem, essas foram as vicissitudes da tirania de Pisístrato.

Sua administração era feita, como já dissemos mais como governo constitucional que tirânico. Não foi apenas humanitário sob todos os aspectos, estando sempre pronto a perdoar os que lhe ofendiam, mas estava, também sempre à disposição de quem precisava, emprestando dinheiro aos necessitados para ajudá-los em seus trabalhos, de modo que pudessem viver do labor dos campos. Com isto propôs duas coisas: que não vivessem na cidade, mas que se espalhassem pelos campos e que, gozando certo bem-estar e ocupados com seus trabalhos, não perdessem tempo nem tentassem se intrometer nos assuntos políticos.

Ao mesmo tempo, aumentou as rendas ao intensificar o cultivo do país, visto como impôs a contribuição do décimo sobre todas as classes de produtos. Por esta mesma razão instituiu os juízos locais, efetuando freqüentes expedições pessoais pelo país, para inspecionar e decidir as discussões entre particulares, com o fim de que não tivessem necessidade, para isso, de ir à cidade e de descuidar seus trabalhos. Em uma destas excursões, segundo a história, teve Pisístrato sua aventura em Hymeto, onde se dedicavam a cultivar o lugar chamado, desde então, Granja livre de impostos. Viu um homem que estava cavando e trabalhando uma extensão de terreno muito pedregoso e, surpreendido por tal coisa, mandou seu ajudante para perguntar que benefício obtinha duma tal espécie de terra. Dores e aborrecimentos, respondeu o homem, acrescentando: também Pisístrato deve participar do décimo sobre elas. O homem falava assim, ignorando quem era o seu interlocutor, mas Pisístrato achou tão de seu agrado essa maneira franca de falar seu ânimo decidido para o trabalho, que o dispensou de todos os impostos. Desta maneira aliviava o peso de seu povo na medida do possível, quanto ao modo de governá-lo, cultivando sempre a paz e conservando a tranqüilidade. Dai o fato da tirania de Pisístrato ser chamada, com freqüência, com as palavras proverbiais, de idade de ouro, porque quando seus filhos o sucederam no governo, este tornou-se mais duro. O mais importante no seu sistema de governar foi sua disposição sempre em favor do povo. Observava as leis com rigor, sem fazer uso de privilégios excepcionais. Uma vez que o citaram perante o Areópago, acusando-o de homicídio, compareceu perante o tribunal, em pessoa, para defender-se; o acusador teve temor em sustentar a acusação e retirou-a. Por todas estas razões, teve em suas mãos o governo, durante muito tempo, recuperando facilmente sua posição, sempre que era expulso. A maioria, tanto entre as classes superiores, como entre o povo, estava a seu favor; tornou-se simpático aos primeiros, pelo seu trato social para com eles, e aos últimos principalmente, pela ajuda particular que lhes prestava de seus próprios bolsos, fazendo-se, assim, estimado por ambos os grupos. Demais, as leis dos tiranos que estavam em vigor em Atenas, eram muito suaves, particularmente a que mais especialmente se aplicava ao estabelecimento da tirania. A lei dizia: "Atenienses; se alguém intentar estabelecer a tirania ou unir-se a outros com o mesmo fim, perderá seus direitos de cidadania, tanto o cabeça como todos aqueles que o acompanhem".

## **XVI**

Assim envelheceu Pisístrato, tendo em suas mãos o poder; morrendo de morte natural durante o mandato do Arconte Philoneu, trinta e dois anos depois de se ter proclamado tirano pela primeira vez, tendo exercido o poder por espaço de dezenove anos e tendo passado o resto, no desterro, nas diversas vezes em que foi expulso. Tal coisa evidencia que a lenda de que Pisístrato era o jovem favorito de Sólon, que mandava na guerra contra Mégara para recuperar Salamina, não passa de simples fantasia. Aliás, isso não estaria de acordo com suas respectivas idades, como podem comprovar os anos que cada um viveu e as datas em que desapareceram do cenário público. Depois da morte de Pisístrato, seus filhos tomaram a si os negócios do governo, empregando o mesmo sistema de seu pai. Pisístrato deixou dois filhos de sua primeira e legítima esposa: Hípias e Hiparco, e dois de sua consorte Argiva, Jophon e Hegesístrato, que foi chamado Thessálio. Porque Pisístrato tomou por esposa em Argos, uma mulher chamada Timonassa, filha de um cidadão do lugar, chamado Gorgilo, e ela fosse, anteriormente, esposa de Archino de Ambracia, um dos descendentes de Chipselo, isso deu origem à sua amizade com os de Argos, motivo por que, mil dentre eles, foram traídos por Hegesístrato e lutaram a seu lado na batalha de Pellene. Há autoridades que afirmam que seu enlace realizou-se depois de sua expulsão de Atenas, dizendo outros que se deu quando ainda tinha o governo em suas mãos.

## **XVII**

Hípias e Hiparco tomaram as rédeas do governo, baseados na sua posição e idade, porém Hípias, cuja natureza era a do homem de governo sagaz, foi na realidade quem governou. Hiparco era um jovem com disposições amorosas e literárias, sendo por sua iniciativa que Anacreonte, Simônides e outros poetas foram

convidados a visitar Atenas, enquanto Thessalio, embora muito mais moço em idade, era muito violento e pertinaz em sua conduta. Todos os males que infelicitaram sua casa foram originados pelo seu caráter. Acercou-se de Harmódio e, como não conseguisse sua amizade, perdeu o freio de suas paixões e, além de outras demonstrações de cólera, proibiu finalmente, que a irmã de Harmódio tomasse parte nas festas de Panatenai, alegando que ele era pessoa de vida leviana. Assim, em um ataque de ódio. Harmódio e Aristotol levaram a efeito sua celebrada aventura, juntamente com muitos cúmplices. Porém, enquanto esperavam Hípias na Acrópole, durante as Panateneas, este já ali se encontrava aguardando a chegada da procissão, enquanto Hiparco organizava a comitiva. Ao ver que uma das pessoas comprometidas na conspiração falava com ele familiarmente, acreditando que os estivesse delatando com o desejo de que pudessem fazer alguma coisa antes que os detivessem, lançaram-se contra eles, realizando o atentado sem esperar os restantes cúmplices. Lograram matar Hiparco por to do Leocoreo, quando este se dispunha a ordenar a procissão, estropeando por completo o plano que tinham concebido. Um dos diretores foi morto pelo guarda, Harmódio e Aristogiton foram presos, morrendo mais adiante após padecerem torturas cruéis. Enquanto os torturavam, acusaram muitas pessoas pertencentes à melhor sociedade e amigos pessoais dos tiranos. Logo de princípio o governo não pôde descobrir a trama da intriga, porque a lenda que dizia que Hípias tinha ordenado que todos os que figuravam na procissão deixassem as armas, descobrindo logo aos que levavam punhais escondidos não pode ser verdadeira, posto que naquela época não se conduzi-se armas nas procissões, visto como esse costume foi estabelecido pela democracia, mais tarde. Segundo a historia do partido popular, Aristogiton acusou os amigos dos tiranos, com o deliberado propósito de que estes cometessem um ato de crueldade, debilitando-se, assim, e sacrificando os inocentes que eram os seus próprios amigos. Dizem outros que ele não mentiu, mas que apenas se vingou de seus verdadeiros cúmplices. Finalmente, quando viu que com todos os seus esforços não conseguia livrar-se da morte, prometeu dar maiores detalhes contra algumas outras pessoas, e, tendo induzido Hípias para que lhe desse a mão para confirmar sua palavra, tão de pronto a teve entre as suas, censurou-o por entregar sua mão ao assassino de seu irmão. Hyppas encolerizando-se no mais alto grau, perdeu o domínio sobre si mesmo; agarrou o punhal e matou-o.

## XVIII

Após este acontecimento, a tirania se deixou sentir com maior força. Como vingança tomada por causa da morte de seu irmão, Hípias resolveu a execução e desterro de muitos, entregando-se à desconfiança e conturbando o carácter. Uns três anos depois da morte de Hiparco, acreditando não estar seguro na cidade, começou a fortificar Munícia, com a intenção de transferir-se para lá. Mas, quando menos esperava, foi expulso por Cleómenes, rei da Lacedemônia, em vista dos Espartanos serem constantemente incitados pelos oráculos para derrubar a tirania. Estes oráculos eram obtidos da seguinte forma: Os desterrados de Atenas acaudilhados por gente de Alcmeonidos, não podiam efetuar sua volta à cidade pelo seu próprio esforço, visto como continuamente fracassavam suas tentativas. Entre seus fracassos figura o da fortificação de um posto na Ática, chamado Lipsidro, situado sobre o monte Parnés; ali se lhes reuniram alguns partidários da cidade, sendo cercados pelos tiranos e obrigados a se render.

Tendo fracassado em quantos métodos aplicaram, fizeram um acordo para a construção do templo de Delfos, obtendo, assim, importantes fundos que empregaram para conquistar a ajuda dos Lacedemônios. Durante todo o transcurso desse tempo, as Pithias animavam continuamente os Lacedemônios que iam consultar o oráculo, dizendo-lhes que deviam libertar Atenas, até que, finalmente, conseguiram impedir os Espartanos a que dessem esse passo, embora a casa de Pisístrato estivesse unida a eles por laços de hospitalidade. A resolução tomada pelos Lacedemônios era devida igualmente à amizade estabelecida entre a casa de Pisístrato e Argos. O primeiro ato que praticaram, foi enviar Anchimolo por mar, à frente de um exercito, sendo ele, porem, vencido e morto devido à chegada de Kineas de Thessalia, em ajuda dos filhos de Pisístrato, com uma força de três mil cavalarianos. Enfurecidos com o desastre, enviaram seu próprio rei Cleómenes, por terra, acaudilhando outro exercito mais numeroso, o qual, depois de ter vencido a cavalaria de Thessalia,

quando tentou cortar-lhe o caminho para a Ática, enfrentou Hípias, obrigando-o a procurar refugio no sitio conhecido pelo nome de muralha Pelargica, dando-lhe cerco com a ajuda dos aliados de Atenas. Durante o assédio, aconteceu que os filhos dos tyran-nos foram capturados ao tentar fugir em vista do que, capitularam mediante a condição de ser respeitada a vida de seus filhos, entregando a Acrópole aos Atenienses, e concedendo cinco dias para que pusessem em ordem o que lhes pertencia. Passou-se isso durante o mandato do Arconte Harpactides, depois de ter sido exercida a tirania durante uns dezessete anos desde o falecimento de Pisistrato, ou quarenta e nove, contando também o período do governo deste.

## **XIX**

Uma vez derrubada a tirania, os chefes rivais no país foram Iságoras, filho de Tissandro, partidário dos tiranos e Clístenes, pertencente à família dos Alcmeonios. Clístenes foi vencido nos agrupamentos políticos; apelou, então, para o povo, concedendo privilegio às massas. Isaóoras, considerando que perdia terreno com isso, convidou Cleómenes, a quem o unia laços de hospitalidade, para que voltasse a Atenas, convencendo-o de que "expulsasse a corrupção", frase que se originava do fato que presumia os Alcmeonios sob maldição de corrupção. Então Clístenes retirou-se do país, entrando Cleómenes na Ática à frente de uma pequena força, e expulsando, como corrompidas, cerca de setecentas famílias de Atenas. Uma vez feito isso, tentou dissolver o Conselho, erigindo Iságoras e trezentos de seus partidários, ao supremo poder da República. Não obstante, o Conselho resistiu, o povo reuniu-se e Cleómenes e Iságoras tiveram que se refugiar na Acrópole. Mas o povo cercou-os durante dois dias; ao fim do terceiro dia convieram em deixar sair Cleómenes e os que o seguiam, ordenando a Clístenes e demais desterrados, que voltassem a Atenas. Quando o povo teve em suas mãos a direção do governo, Clístenes foi o seu chefe. Tudo isso era muito natural porque, talvez os Alcmeonios fossem a causa principal da expulsão dos tiranos e, durante quase a maior parte de seu governo, estiveram em continua guerra come eles. Razão tinha o povo para depositar confiança em Clístenes. Uma vez elevado ao posto de caudilho popular, três anos depois da expulsão dos tiranos, e durante o mandato do Arconte Iságoras, seu primeiro ato foi dividir a população em dez tribos, ao invés das quatro existentes, com o fim de mesclar os membros de todas elas, para que deste modo participassem mais dos privilégios. Dai nasceu o provérbio: não te fies nas tribos, que se dizia aos que desejavam fiscalizar as listas das antigas famílias. Também fez com que o Conselho fosse integrado por quinhentos membros, contribuindo com dez, cada uma das tribos, enquanto que, anteriormente, cada uma enviava uma centena. A razão que o animou a não organizar a população em doze tribos, foi não se ver no caso de ter de empregar a divisão existente, em traços, porque as quatro tribos contavam doze terços, de maneira que não teria conseguido seu objetivo, que era distribuir a população de acordo com novas combinações. Demais, dividiu o país em trinta grupos de povos ou demes, assim distribuídos: dez, correspondentes aos distritos próximos da cidade, dez, correspondentes aos próximos à costa, e dez, correspondentes aos do interior. A estes chamou-os terços, adjudicando três deles para cada tribo, por sorteio, de tal modo, que cada uma delas tivesse uma parte em cada uma das localidades. Todos que viviam em um povoado qualquer, eram declarados nominalmente de acordo com o mesmo, com o fim de que os novos cidadãos não se denominassem pelo habitual sistema do emprego dos nomes de família. Por isso os Atenienses se chamam uns aos outros empregando os nomes dos respectivos povoados. Também instituiu o cargo de Demarca, que tinha os mesmos deveres que os Naucrari anteriores; os povos ou demes ocupavam o posto das naucranas. Deu nome aos povos, derivando alguns das localidades de que dependiam, outros de seus fundadores, embora que algumas de suas áreas não correspondessem às localidades cujos nomes levavam. Por outro lado, permitiu que todos conservassem os ritos familiares, de tribos e religiosos, de acordo com o costume ancestral. Os nomes que receberam as tribos foram os doze indicados pela Pythia, tomados de uma centena de heróis nacionais selecionados.

## **XXI**

Com estas reformas, democratizou-se ainda mais a constituição que no tempo de Sólon, cujas leis tinham sido prescritas pelo pouco uso que delas fora feito durante o período de tirania, substituindo-as Clístenes por leis novas com o fim de que a vontade das massas fosse mais evidente. Entre as ditas leis, figurava uma concernente ao ostracismo. Quatro anos depois de se haver estabelecido este sistema, durante o mandato do Arconte Hermocreon, foi imposto ao Conselho dos Quinhentos o juramento que ainda hoje é prestado. Logo começaram a ser eleitos os generais por tribos, cabendo um por cada uma delas, enquanto o Polemarca era considerado como chefe do exercito. Onze anos depois, durante o mandato do Arconte Phenippo, ganharam a batalha de Maraton e, ainda dois anos depois de conseguida essa vitória, quando o povo adquiriu confiança em si mesmo, foi posta em vigor, pela primeira vez, a lei do ostracismo. Esta lei foi promulgada principalmente como medida de precaução contra os que ocupavam altos cargos, porque Pisístrato valeu-se de sua situação, como caudilho popular e como general, para proclamar-se tirano, sendo um de seus parentes o primeiro a sofrer os rigores da lei, um tal Hiparco, filho de Charmos, do povoado de Colito, pois Clístenes a pôs em execução, especialmente para ele e com o propósito de alijá-lo do poder. Até então ele tinha sempre conseguido livrar-se, pois que os de Atenas, devido a sua costumeira mansidão democrática, permitiram que permanecessem na cidade todos os partidários dos tiranos, desde que se não tivessem associado aos seus feitos criminosos durante os dias tumultuários, sendo precisamente Hiparco o chefe que induzia a todos. No ano próximo, durante o mandato do Arconte Telesino, elegeram por sorteio, pela primeira vez desde a tirania, tribo por tribo, os nove Arcontes entre os quinhentos candidatos selecionados entre o povo, pois os anteriores eram elegidos por votação. No mesmo ano, Megades, filho de Hyppocrates, do povoado de Alopeso, foi vítima da nova lei. Assim, continuou-se condenado ao ostracismo os amigos dos tiranos durante três anos, pois, para eles precisamente tinha sido promulgada a lei em questão. Porém, no ano seguinte, outros começaram a ser condenados também, incluindo-se entre eles, todos aqueles que pareciam possuir maior poder do que o julgado conveniente. A primeira pessoa condenada independentemente dos tiranos, foi Xantipo, filho de Aripnon. Dois anos depois, durante o mandato do Arconte Nicodemo, foram descobertas as minas de Maroneia, obtendo a República um beneficio "de cem talentos pela sua exploração. Houve quem aconselhasse ao povo que se efetuasse uma divisão do dinheiro entre todos, coisa que foi evitada por Temístocles. Este recusou-se a declarar no que pretendia empregar o dinheiro, resolvendo depois que se emprestasse um talento a cada um dos cem homens mais ricos de Atenas e, então, se o modo como resolvera empregar o dinheiro fosse aprovado pelo povo, ele reverteria ao estado; em caso contrario, este recolheria o dinheiro das mãos daqueles a quem havia sido emprestado. Com o resultado desse dinheiro que foi empregado pelos beneficiados em construções de instrumentos, foi que se pôde levar a bom termo a batalha de Salamina contra os bárbaros. Por esse tempo, Aristides, filho de Lisímaco foi condenado ao ostracismo. Três anos depois, durante o mandato do Arconte Hysichides, foram anistiados todos os condenados pela lei do ostracismo, em vista do avanço do exercito de Xerxes, resolvendo-se que, de então em diante, os sentenciados pela dita lei deveriam viver entre Geraesto e Scyleu, sob pena de perda irrevogável de seus direitos civis.

## XXII

Esse foi o progresso feito pela cidade até então, progresso que ia sempre num aumento crescente, à medida que se intensificava a democracia. Porém, depois da guerra com a Pérsia, o Conselho do Areópago readquiriu novamente suas forças, assumindo o governo do Estado, não se devendo isso, porém, a nenhum decreto formal, mas simplesmente em virtude de sua atitude decisiva, que foi a causa da batalha de Salamina. Quando os generais se acharam perplexos, conjecturando como haviam de fazer frente a tais apuros e resolveram lançar uma proclamação, onde aconselhavam que cada um se salvasse como pudesse, o Areópago concedeu um donativo em dinheiro, distribuindo oito dracmas a cada tripulante dos navios, animando-os deste modo a que voltassem aos seus barcos. Por isso o povo inclinou-se diante do seu prestígio, e, durante todo esse período, Atenas foi sempre bem administrada. Nessa época entregaram-se à continuação da guerra, gozando de boa reputação entre os gregos, de modo que o poder naval lhes foi

conferido, a despeito da oposição exercida pelos Lacedemônios. Os caudilhos populares, durante esse período, foram Aristides, filho de Lisímaco e Temístocles, filho de Neocles, sendo este último o que se encarregou da direção da guerra, enquanto o primeiro gozava da reputação de hábil estadista e de um dos espíritos mais justos de seu tempo. Por isso um se encarregou do generalato, enquanto o outro exercia o cargo de conselheiro político. Embora em política pensasse de modo oposto, dirigiram conjuntamente a reconstrução das fortificações, mas Aristides, aproveitando a ocasião que lhe proporcionava o descrédito lançado sobre os Lacedemônios por Pausânias, inspirou a política pública com respeito à retirada dos Jônios da aliança com Esparta. Parece que foi ele quem primeiramente impôs tributo aos vários estados estrangeiros, dois anos depois da batalha de Salamina, durante o mandato do Arconte Timosthenes, sendo ele, também, quem prestou juramento de aliança ofensiva e defensiva com os Jônios, em ocasião que foi lançada ao mar grande quantidade de ferro.

### **XXIII**

Ao ver depois disto que a República aumentava em confiança e acumulava grandes riquezas, aconselhou ao povo que se apoderasse da chefatura da liga, abandonasse os distritos campestres e se estabelecesse na cidade, indicando-lhe que todos podiam ganhar a vida assim; uns, entrando a tomar parte no exército, outros, nas guarnições e outros, ainda, participando dos assuntos políticos, pois desse modo tomariam pé na direção. Seguiram o conselho e, uma vez que o povo tinha assumido a direção suprema, começaram a tratar seus aliados da maneira mais imperiosa, exceção feita dos Chios, Lésbios e Samios, que foram guardados para sustentar seu império, sem tocar em suas constituições e permitindo-lhes conservar todos os domínios que possuíam. Também asseguraram a manutenção da massa dos povoadores, da maneira que Aristides lhes havia indicado. Com o resultado da arrecadação dos tributos, impostos e das contribuições dos aliados, mantinham mais de vinte mil pessoas. Havia seis mil jurados, mil e seiscentos arqueiros, mil e duzentos cavaleiros, quinhentos membros do Conselho, quinhentos guardas de armazéns, além de cinquenta guardas da Acrópole. Também havia setecentos magistrados no interior e outros tantos no exterior. Demais, quando foram à guerra, dispunham de dois mil e quinhentos soldados completamente armados, bem como navios que cobravam os tributos e cujas tripulações ascendiam a dois mil homens, escolhidos por sorteio. Além destas, havia ainda pessoas que eram alimentadas no Pritaneu, órfãos e carcereiros, porque todos eram mantidos às expensas do Estado.

### **XXIV**

Tal era o modo como o povo ganhava a vida. A supremacia do Areópago prevaleceu durante dezessete anos depois das guerras com a Pérsia, embora fosse gradualmente perdendo em intensidade. Porém, à medida que aumentava a força do povo, Ephialtes, filho de Sophonides, homem de reputação íntegra e possuidor das maiores virtudes cívicas, que chegou a ser o chefe popular, atacou aquele Conselho. O primeiro ato que praticou, foi destruir a muitos de seus membros, acusando-os em tudo quanto se referia à sua administração. Depois, durante o mandato do Arconte Conon, arrancou ao Conselho todas as prerrogativas que ele havia adquirido, privando-o ainda de ser o guardião da constituição, e transferindo alguns Poderes ao Conselho dos Quinhentos, e outros à Assembléia. Quando de sua revolução, foi ajudado por Temístocles, membro do Areópago, esperando que este o julgasse, acusado que era dos tratos havidos com a Pérsia e que eram considerados como traição. Este era o motivo do seu desejo de derrubar o Areópago, advertindo por isso a Ephialtes que o Conselho pensava no seu arresto, ao mesmo tempo que informou aos partidários do Areópago, que lhes revelaria os nomes de certas pessoas que estavam conspirando para transformar a constituição. Então conduziu os representantes delegados pelo Conselho, à residência de Ephialtes, prometendo-lhes indicar os conspirados que ali se reuniam, e aos quais dirigiu a palavra, empregando termos severos. Isto fez com que Ephialtes se alarmasse, refugiando-se covardemente no altar. Todos surpreenderam-se do que presenciavam e, quando se reuniu o Conselho dos Quinhentos, Ephialtes e

Temístocles resolveram denunciar o Areópago. Da mesma maneira agiram com respeito à Assembléia, até que conseguiram privá-la de seu poder. Não muito depois, Ephialtes foi assassinado por Aristodico de Tanagra. Deste modo o Conselho do Areópago ficou privado de ser o guardião da República.

## **XXV**

Após esta resolução a administração da República enfraquecia-se cada dia mais, em conseqüência da grande rivalidade entre os candidatos que disputavam entre si o favor pública. Durante este período, o partido moderado não tinha chefe verdadeiro, pois seu caudilho Cimon, filho de Milciades, era um tanto jovem e havia se atrasado na sua entrada na vida pública; ao mesmo tempo o populacho tinha sofrido grandes perdas em virtude da guerra. Os soldados destinados ao serviço ativo, eram selecionados nesse tempo entre os inscritos nas listas das cidades e, como os generais careciam de experiência militar, pois que seu cargo era devido tão somente à posição de suas famílias, acontecia que era comum morrerem dois a três mil homens em cada expedição e, deste modo, iam desaparecendo os melhores soldados, tanto entre os pertencentes às classes médias, como às superiores.

A conseqüência disso, foi que, na maior parte dos assuntos administrativos, passou-se a ter menos em consideração os textos das leis que anteriormente. Contudo, no que respeitava à eleição dos nove Arcontes, seu método não sofreu qualquer modificação até cinco anos depois da morte de Ephialtes, quando se resolveu que os candidatos que deviam se submeter a sorteio para o desempenho do cargo, tinham que ser selecionados entre os Zeugitas. O primeiro Arconte pertencente a esta classe foi Mnesiteides. Até essa época todos os Arcontes tinham sido eleitos entre os Pentacosiomedimnios e Cavalheiros, enquanto os pertencentes aos Zeugitas ficavam limitados às magistraturas ordinárias. Quatro anos depois, durante o mandato do Arconte Lysicrates, os trinta juizes locais, como eram chamados, foram restabelecidos, e, dois anos mais tarde, durante o mandato do Arconte Antídoto, em vista do grande aumento da cifra de cidadãos, tomou-se a resolução, proposta por Péricles, que ninguém poderia ser admitida a gozar do privilégio, sem que fosse de estirpe cidadina, tanto da parte de pai como de mãe

## **XXVI**

Foi depois destes acontecimentos que se deu a aparição de Péricles como corpo de Jurados. Alguns fizeram críticas, acusando-o de que com essa pratica iria se corromper o caráter dos jurados, embora fossem sempre homens pertencentes ao povo os que se apresentavam à eleição para essa função, e não os outros, que desfrutavam de melhor posição na sociedade. Demais, estabeleceu-se o suborno, sendo Anito o primeiro que o pôs em prática no exercício de seu mandato de Pilos, pois que sendo processado por certos indivíduos, sob a acusação de ser o causador da perda da dita cidade, escapou, entretanto, graças a ter subornado o corpo de jurados.

## **XXVII**

Tudo correu muito bem na República, enquanto Perfiles foi caudilho do povo, mas logo após a sua morte as coisas pioraram. Pela primeira vez erigiram-se em chefes, aliás de acordo com a vontade do povo, pessoas que não gozavam de boa reputação entre a gente de boa posição, enquanto até então, sempre se observou que os eleitos acaudilhavam a democracia. O primeiro chefe popular foi Sólon, ao que se seguiu Pisítrato, ambos de boa sociedade e de posição definida. Depois da queda dos tiranos foi Clístenes, membro da casa dos Alcomeonios, que não teve competidor depois da expulsão do partido de Iságoras. Depois deste, o chefe popular foi Xantipo, sendo Milciades da classe superior. Logo vieram Temístocles e Aristides e, depois, vieram Ephialtes, como chefe popular, e Cimon, filho de Milciades, de classe superior. Péricles seguiu-se-lhes como caudilho popular e Tucídides, aparentado com Cimon, o foi da oposição. Depois da morte de Péricles, Nicias,

que mais tarde caiu em Sicília, apareceu como chefe da aristocracia, e Cleon, filho de Claeneto, chefe popular. Parece que o ultimo, foi a causa da corrupção da democracia, mais que ninguém, pelas suas disparatadas iniciativas. Logo vieram Teramenes, filho de Hagnon, como chefe de um partido, e o construtor de liras, Cleophon, como chefe do popular. Cleophon foi quem instituiu pela primeira vez o donativo de óbolos nas funções teatrais, costume que continuou sendo adotado durante algum tempo. Porém, Kallikrates de Peania o superou, prometendo acrescentar um terceiro óbolo ao dito donativo, Estes dois foram mais tarde condenados à morte porque o povo, ainda quando se engane uma vez, chega finalmente a detestar aqueles que o defraudaram mediante algum expediente indigno. Depois de Cleophon o caudilhismo popular foi ocupado sucessivamente por homens que gostavam de salvar as aparências, nada levando a serio e inclinando-se para o lado da maioria, tendo em vista unicamente os interesses momentâneos. Os melhores estadistas que teve Atenas, depois dos que governaram durante os tempos primitivos, parece terem sido Nicías, Tucídides e Theramenes.

Quanto a Nicías e Theramenes, quase todos estão de acordo em afirmar que não só eram homens de boa origem e caracter, mas também verdadeiros estadistas, que governaram paternalmente. No que se refere aos méritos de Theramenes, as opiniões se mostram divididas, porque aconteceu que durante o seu mandato, os assuntos públicos estavam num período atribulado. Porém, os que expõem sua opinião deliberadamente, o julgam de modo diferente de seus críticos, quando dizem que destruiu toda a constituição; aqueles o consideram como fiel a ela, visto como jamais violou nenhuma de suas leis, demonstrando deste modo que era tão capaz como qualquer outro bom cidadão de viver sob qualquer sistema, enquanto por outro lado recusou sempre patrocinar a ilegalidade, sendo o seu maior inimigo.

## **XXVIII**

Enquanto foram bafejados pela sorte em suas guerras, os Atenienses conservaram sua democracia, mas em seguida desastre de Sicília, quando foram sobrepujados pelos Lacedemônios que se tinham aliado com o rei da Pérsia, viram-se na necessidade de abolir, estabelecendo em seu lugar a constituição chamada dos Quatrocentos. O discurso que lhes recomendava esse passo foi pronunciado por Melobio, antes de ser procedida a votação, sendo Pitodoro de Anaphillisto quem apresentou a proposição. Porém, o verdadeiro argumento que convenceu a maioria, foi a crença de que se sua constituição se baseasse na oligarquia, contariam com mais probabilidades do que se o rei da Pérsia se aliasse com eles, A moção de Pitodoro se propunha a produzir o seguinte efeito: a Assembléia popular tinha que eleger vinte pessoas de mais de quarenta anos de idade que, conjuntamente com os dez membros existentes do Conselho de Segurança Pública, depois de ter prestado juramento de que tomariam as medidas que julgassem mais convenientes para a República, aprovassem proposições para a segurança pública. Demais, alem deles, qualquer, outra pessoa podia apresentar, de modo que entre todos os métodos que se oferecessem, pudesse o público eleger o melhor. Pitodoro solicitou que a Junta investigasse as antigas leis postas em vigor por Clístenes quando criou a democracia, com o fim de que as tivessem à vista e, assim, estivessem em condições de decidir com prudência; opinava que a constituição de Clístenes não era verdadeiramente democrática, senão muito semelhante & de Sólon. Uma vez nomeada a junta, a primeira proposição que lhe foi apresentada foi a de que os Pritanos fossem obrigados a por em votação toda moção que fosse apresentada em favor da segurança pública. Logo foram anuladas todas as denuncias devidas a proposições ilegais, todas as delações e acusações públicas, com o objetivo de que todo o Ateniense gozasse de liberdade para dar seu conselho sobre a situação, se assim o julgasse conveniente decretando que, se alguém impunha uma multa a outro pela sua atuação nesses assuntos, ou o acusava ou citava ante um tribunal, fosse imediatamente detido e levado à presença dos generais que o entregariam ao Conselho dos Onze para que lhe fizessem justiça, condenando-o se a investigação procedida sobre o caso o considerasse realmente culpado. Após estas medidas preliminares, redigiram uma constituição que, em traços gerais, era a seguinte: As rendas do Estado apenas poderiam ser gastas em despesas de guerra. Todos os magistrados prestariam seus serviços sem

remuneração, em tempo de guerra, exceto os nove Arcontes e os Pritanos, que receberiam três óbolos diariamente. Tudo o mais concernente à administração, em tempo de guerra, devia ser posto nas mãos dos Atenenses mais experimentados em prestar serviços à República, calculando-se um número de cinco mil, pelo menos, para todos os serviços. Esta corporação, assim formada, tinha poderes amplos, podendo até negociar tratados com quem julgasse necessário, elegendo também dez representantes, com mais de quarenta anos de idade, por cada uma das tribos, para que redigissem a lista dos Cinco Mil, após haver prestado juramento diante do mais completo sacrifício.

## **XXIX**

Isso foi o que a junta recomendou e, uma vez ratificado, os Cinco Mil elegeram, entre eles, cem encarregados de redigir a constituição. Quando foram nomeados, aprovaram e apresentaram as seguintes propostas; haveria um congresso para desempenhar o poder, durante um ano, provido de homens de mais de trinta anos e que prestariam seus serviços sem remuneração. A esta corporação pertenciam os militares, os nove Arcontes, o Registrador Amphictionico, chamado Hieromnenon, os Taxiarcas, os Hiparcos Philarkos, os comandantes das guarnições, os Tesoueiros de Atenéa e demais deuses, em número de dez, os Tesoueiros das outras moedas não sagradas, em número de vinte, os dez Encarregados dos Sacrifícios ou Hieropoeios, e os dez Zeladores dos Mistérios. Todos eles deviam ser nomeados pelo Conselho entre grande número de candidatos selecionados, eleitos entre seus membros durante aquele tempo. Todos os demais cargos deviam ser preenchidos por sorteio, entre os não pertencentes ao Conselho. Os Tesoueiros Helênicos que administravam os fundos, não assistiam ao Conselho. Quanto para o futuro, era necessário criar-se quatro conselhos de homens que contassem a idade mencionada, tendo que eleger por sorteio um desses para ocupar o cargo imediatamente, enquanto que os outros tinham que o desempenhar, por sua vez pela ordem que fosse decidida por sorteio. Para isso os cem encarregados tinham que se agrupar, tanto eles como os demais, e com toda igualdade possível, em quatro partes, procedendo o sorteio com o fim de ver quem tinha preferência, sendo que os eleitos desempenhariam seus cargos durante um ano, obrigando-se a administrar como melhor achassem. Se desejassem chamar ao conselho maior número de pessoas, cada um dos membros tinha a faculdade de se adjudicar um ajudante de sua própria eleição, sujeito às mesmas condições quanto à idade. O Conselho tinha que se reunir cada cinco dias, a não ser que houvesse necessidade de sessões mais freqüentes. A votação do Conselho seria efetuada pelos nove Arcontes: os votos dos grupos tinham que ser comprovados por cinco locutores eleitos por sorteio, entre os membros do Conselho, tendo que eleger diariamente, e por sorteio, um deles como presidente. Estes cinco tirariam a sorte quanto à prioridade, entre as partes que desejassem apresentar-se perante o Conselho, cedendo o primeiro lugar aos assuntos sagrados, o segundo aos heráldicos, o terceiro às embaixadas, e o quarto aos demais assuntos. Entretanto os assuntos de guerra tinham sempre preferência sobre os demais, devendo ser tratados sempre que fossem necessários e sem sorteio, apenas por proposta dos generais. Todo membro do Conselho que não atendesse quando convocado, seria multado em uma dracma por cada dia de ausência, exceto no caso em que estivesse com licença devidamente concedida pela corporação.

## **XXX**

Essa foi a constituição que promulgaram para o futuro, tendo sido idealizado o seguinte sistema para o momento: haveria um Conselho de Quatrocentos, como na antiga constituição, quarenta por cada uma das tribos, eleitos entre os cidadãos maiores de trinta anos de idade, pelos membros das tribos. Este Conselho nomearia magistrados, indicando a maneira como deviam prestar juramento, sendo que em tudo contas oficiais e outros assuntos em geral, deviam agir de conformidade com a sua discricção. Não obstante, tinham que observar as leis que fossem postas em vigor no que se referisse à constituição do Estado, não tendo faculdades para alterai-as nem para promulgar outras. Os generais seriam nomeados provisoriamente entre a corporação dos Cinco Mil, porém, tão depressa como o Conselho entrasse em função, deveria ser

comprovado tudo quanto se referisse aos preparativos militares. Para isso seriam eleitos dez pessoas, com um secretario, sendo que os eleitos deste modo desempenhariam seus cargos durante o ano seguinte com plenos poderes, gozando do direito, sempre que assim o quisessem, de se unir às deliberações do Conselho. Os Cinco Mil tinham que eleger um só Hiparco e dez Philarcos, porém, daí em diante, o Conselho elegeria estes cargos de conformidade com a regulamentação acima indicada. Nenhum cargo, exceto o de membro do Conselho e de general, podia ser desempenhado mais de uma vez, já por parte dos primeiros que os ocupassem, já da parte dos que os sucedessem. Quanto à distribuição futura dos quatrocentos nas quatro seções sucessivas, os cem encarregados tinham que dividi-las quando chegasse o dia em que os cidadãos tivessem que entrar no Conselho com os demais.

### **XXXI**

Os cem funcionários nomeados pelos Cinco Mil, redigiram a constituição que acabamos de mencionar. Uma vez ratificada pelo povo, sob a presidência de Aristômaco, o Conselho existente, quer dizer, o Conselho correspondente ao ano de Cálías, dissolveu-se antes de chegar o termo de seu mandato. Sua dissolução teve lugar no dia 14 do mês de Targelion, começando a desempenhar seu cargo o Conselho dos Quatrocentos, no dia 21, enquanto o Conselho regular, eleito por sorteio, devia começar suas funções no dia 14 de Schirophrorio. Deste modo ficou estabelecida a oligarquia durante o mandato do Arconte Cálías, precisamente cem anos depois da expulsão dos tiranos. Os principais promotores da revolução foram Pisandro, Antiphon e Teramenes, todos de elevada posição e de comprovada reputação. Uma vez estabelecida esta constituição, os Cinco Mil foram eleitos apenas nominalmente, e os Quatrocentos, juntamente com os dez encarregados, aos quais tinham sido conferidos amplos poderes, passaram desta forma, a ocupar a Casa do Conselho e a administrar a República. Inauguraram seu mandato, enviando embaixadores aos Lacedemônios e propondo-lhes a cessação da guerra na base da situação existente. Porém, como os Lacedemônios não os quisessem escutar no tocante a abandonar a supremacia naval, ficariam rotas todas as negociações.

### **XXXII**

A constituição dos Quatrocentos durou uns quatro meses; Mnasiloco desempenhou o mandato de Arconte, nomeado por eles, durante dois meses, no ano de Theopompo, que foi o Arconte durante os dez meses restantes. Ao perder a batalha naval de Eretria e inteirar-se da rebelião de Euboea, que se levantou toda, exceto Oreo, a indignação popular foi maior que diante dos desastres anteriores, embora naquele tempo fossem recebidas provisões da Euboea em maior parte que mesmo da Ática. Assim, foram depostos os Quatrocentos, ficando os Cinco Mil encarregados da direção do Estado, visto que todos os membros deste agrupamento possuíam equipagem militar. Ao mesmo tempo foi votado que se não remunerasse nenhum cargo público. Os principais responsáveis da Revolução foram Aristocrates e Theramenes que desaprovaram a gestão dos Quatrocentos por reterem em suas mãos os assuntos públicos sem conceder participação alguma aos Cinco Mil. Parece que durante este período a constituição da República foi admirável, posto que fosse tempo de guerra, estando o privilegio nas mãos dos que possuíam equipamento militar.

### **XXXIII**

Não obstante, bem depressa o povo retirou aos Cinco Mil o monopólio de governo; seis anos após serem derrubados os Quatrocentos, durante o mandato do Arconte Cálías de Angele, foram também ajustadas contas da batalha Arginusa, resultando na condenação, em um só conselho, dos dez generais que tinham alcançado a vitória, pois que o povo tinha sido mal informado por pessoas que lhe tinham despertado a indignação, muito embora alguns dos ditos generais não tivessem mesmo tomado parte na batalha em questão. Em segundo lugar, quando os Lacedemônios propuseram evacuação de Decelea, celebrando paz na base da situação existente no momento; ainda que alguns Atenenses concordassem com. tal política, a

maioria recusou dar-lhes ouvidos, a esse mau caminho foram levados por Cleophon que se apresentou na Assembléia embriagado e evitando qualquer acordo para a paz, declarando que nunca a aceitaria, a menos que os Lacedemônios renunciassem às suas reclamações sobre todas as cidades aliadas. Nessa ocasião perderam uma ótima oportunidade que se apresentava, dando-se conta, pouco depois, do erro que haviam cometido. No ano seguinte, durante o mandato do Arconte Alexias, foram vítimas do desastre de Aegospotami, cujas conseqüências foram que Lysardo dominasse a cidade, estabelecendo o governo dos Trinta, coisa que efetuou do seguinte modo; Uma das condições estipuladas para a paz foi que a República seria governada de conformidade com a antiga constituição. De acordo com ela, o partido popular intentou conservar a democracia, enquanto a parte da classe superior pertencente às associações políticas, unidas aos expatriados, que tinham regressado depois de celebrada a paz, tendia para a oligarquia, sendo que os que não pertenciam a nenhum agrupamento, embora a outros respeitos se considerassem tão valiosos como quaisquer outros cidadãos, sentiam ansiedade por restaurar também a constituição antiga. Entre estes últimos encontravam-se Arcino, Anito, Cleitophon, Phormisio e muitos outros, sendo, porém, Theramenes, seu principal orientador. Lysardo pôs sua influência a serviço do partido oligarca, e a Assembléia Popular viu-se obrigada, por inflexível intimidação, a aprovar um voto que estabelecia a oligarquia. Este projeto foi proposto por Dráconntides de Aphidna.

#### **XXXIV**

Ficaram, assim, os Trinta estabelecidos no poder durante o mandato do Arconte Pitodoro. Tão depressa se apoderaram da cidade, foram relegadas ao esquecimento todas as resoluções aprovadas e referentes organização da constituição; mas depois de haver nomeado um Conselho de Quinhentos, bem como os demais magistrados, entre mil candidatos selecionados, associando-se a dez Arcontes no Pireu, onze inspetores de cárceres e trezentos flageladores, como escolta, com a ajuda de todos eles, tiveram amplo domínio sobre a cidade. No princípio trataram moderadamente os cidadãos, pretendendo administrar a República de conformidade, com a antiga constituição. Seguindo esta política, baixaram da colina do Areópago as leis de Ephialtes e Arcestrato, referentes ao Conselho do Areópago, sendo revogados os estatutos de Sólon que não apresentavam clareza, abolindo o poder supremo das audiências. Ao fazerem isso diziam que restabeleciam a Constituição, livrando-a de tenebrosidades, tais como: deixar em liberdade absoluta o que testava instituindo herdeiros a seu gosto, e abolir as limitações existentes em caso de loucura, velhice e influencia feminina indébita, com o fim de não deixar resquício por onde pudessem se infiltrar os acusadores profissionais. De igual maneira procederam com outras coisas. Em princípio sua conduta não rebaixou esses limites, anulando aos acusadores profissionais e aos maliciosos e malvados que, em detrimento da democracia, tinham aderido a ela com o fim único de usufruir benefício. Tudo isto foi muito agradável à cidade, acreditando-se que os Trinta o faziam com a melhor das intenções. Porém, tão depressa como tiveram a cidade em suas mãos, não repararam em nada que dissesse respeito aos cidadãos, condenando à morte quantos tivessem o menor deslize. Com tal sistema tinham em vista que desaparecesse toda e qualquer pessoa que lhes pudesse de qualquer quer maneira infundir temor, ao mesmo tempo que lhes era muito agradável satisfazer o apetite, pondo a mão nas propriedades dos condenados. Em pouco tinham sido condenados à morte de mais de mil e quinhentas pessoas.

#### **XXXV**

Mesmo assim, Theramenes, ao ver que a cidade era levada à ruína, mostrou-se desgostoso com aquele modo de proceder, aconselhando-os que cessassem com aquela política insensata, permitindo que as classes superiores participassem do governo. Ao princípio resistiram em aceitar tal conselho, mas quando foram conhecidas no estrangeiro suas proposições, e as massas começaram a se agitar, foram presas de alarme, temendo que Theramenes chegasse a acaudilhar o povo e derrubasse seu despótico governo. Por isso redigiram uma lista de três mil cidadãos aos quais anunciavam que concediam que participassem do governo.

Não obstante Theramenes criticou essa idéia também, primeiramente baseando-se em que, enquanto propunham conceder a todos os cidadãos respeitáveis, participação no governo, concediam-na agora apenas a três mil, como se todos os méritos estivessem limitados a essas pessoas, e, em segundo lugar, porque praticavam duas coisas opostas, visto que assentavam o governo sobre a força e, contudo, faziam com que os governantes fossem inferiores em força aos governados. Ainda assim, não fizeram caso de suas críticas, demorando muito a publicação da lista dos Três Mil, ficando para eles apenas os nomes dos que nela figuravam e, sempre que se resolviam a publicá-la, excluía alguns que tinham sido incluídos, inserindo outros que tinham sido omitidos.

### **XXXVI**

Quando chegou o inverno, Trasíbulo, juntamente com os desterrados ocuparam Philé, sendo assim vencida a força que os Trinta tinham organizado para atacá-los. Estes então resolveram o desarmamento da massa bem como se desfazerem de Theramenes, coisa que levaram a efeito do seguinte modo: Apresentaram duas leis ao Conselho, cuja aprovação ordenaram; a primeira delas entregava, de um modo absoluto, o poder nas mãos dos Trinta, afim de poderem condenar à morte os cidadãos, quaisquer que fossem, uma vez que não fizessem parte da lista dos Três Mil, enquanto que pela segunda lei ficavam desqualificados todos que tivessem intervindo na demolição da fortaleza de Stioncia, ou tivessem procedido de qualquer maneira contra os Quatrocentos organizadores da oligarquia anterior, privando-os de qualquer participação no privilegio. Como Theramenes se achasse incluído nos dispositivos de ambas as leis, tão depressa elas foram ratificadas, ficou excluído do privilegio, gozando os Trinta de pleno poderes para o condenar à morte. Uma vez tendo ficado Theramenes em tais condições, desarmaram também o povo, exceto os Três Mil, mostrando os detentores do poder uma completa falta de escrúpulos com relação a tudo quanto fosse crueldade e crime. Foram também enviados embaixadores aos Lacedemônios para desacreditar Theramenes e, ao mesmo tempo, solicitar o seu apoio. Os Lacedemônios, como resposta ao seu apelo, enviaram Calibio na qualidade de governador militar, com uns setecentos soldados, que logo ocuparam a Acrópole, tão depressa chegaram.

### **XXXVII**

A estes acontecimentos sucedeu a ocupação de Múnicia pelos desterrados de Philé e sua vitória sobre os Trinta e seus sequazes. Depois da luta o partido da cidade retirou-se, reunindo-se no dia seguinte no mercado, depondo os Trinta e elegendo dez cidadãos com amplos poderes para que pusessem fim à guerra. Contudo isso, uma vez que assumiram as rédeas do governo, os Trinta nada fizeram quanto ao objeto para que tinham sido eleitos, tendo apenas enviado mensageiros à Lacedemônia, rogando que os ajudassem e lhes emprestassem dinheiro. Demais, observando que os cidadãos que gozavam do privilegio mostravam-se desgostosos com seus modos de proceder, sentiram receio de serem depostos e, por isso, com o fim de espalhar o terror entre eles, o que conseguiram, detiveram Demareto, um dos cidadãos mais eminentes, condenando-o a morte. Tal ato robusteceu-lhe o governo, tendo o povo que suportar Calibio e os seus Peloponenses com muitos dos cavalheiros, porque alguns dos pertencentes a esta classe mostravam-se muito zelosos entre os cidadãos, opondo-se a que os desterrados de Philé voltassem. Contudo, quando o partido do Pireu e Múnicia começou a ganhar terreno na guerra, em vista da defecção da população inteira que não se lhes uniu, o partido da cidade derrubou os Dez primeiramente nomeados, substituindo-os por outros Dez que foram eleitos entre os homens de melhor reputação. Pela sua administração e pela sua ativa e zelosa cooperação, estabeleceu-se um tratado de reconciliação, voltando o povo à cidade. Os mais eminentes entre os que formavam aquele Conselho foram Rinon de Peania e Phailo de Acherdo, que foram os que, antes da chegada de Pausânias, entraram em negociações com o partido do Pireu e, depois de sua chegada, secundaram seus esforços para conseguir a volta dos expatriados. Foi Pausânias, rei dos Lacedemônios, quem levou a paz e a reconciliação à bom termo, juntamente com os dez encarregados do arbitramento e que chegaram mais tarde da Lacedemônia devido ao seu urgente chamado. Rinon e os seus foram objeto de

depois do respectivo juramento, quanto às pessoas que já estivessem no país realizando-se a sua partida dentro dos vinte dias que se seguissem. Os que se achassem fora do país gozariam das mesmas condições, a partir da sua chegada. Ninguém que se estabelecesse em Eleusis poderia desempenhar qualquer cargo em Atenas, até se identificar com a cidade. Os julgamentos por homicídio ou ferimentos, isto é, tentativa de morte, seriam julgados de conformidade com as leis antigas. Haveria anistia geral no que se relacionasse com os acontecimentos anteriores, sendo essa medida extensiva todos, exceto aos Trinta, aos Dez, aos Onze e aos magistrados do Pireu. Contudo, também estes seriam favorecidos, se submetessem suas provas a um julgamento ordinário. Tais provas deviam ser levadas pelos magistrados do Pireu diante de um tribunal de cidadãos. Nestas condições, aqueles que o desejassem, podiam deixar a cidade. Cada uma das partes tinha que satisfazer separadamente a importância que houvesse tomado por empréstimo para a guerra.

### XXXIX

Quando estabeleceram a reconciliação de conformidade com as condições acima, os que tinham lutado por parte dos Trinta, sentiram-se bastante receosos, motivo por que grande número deles pensou em deixar a cidade, porém, como aguardavam o momento de dar os seus nomes, cujo prazo estava a expirar, como de costume, vendo Arquino que seu número era bastante elevado e desejando conservá-los como cidadãos, tornou sem efeito os dias que ainda faltavam para encerrar a lista, sendo deste modo muitos os que foram obrigados a permanecer na cidade, embora a contragosto, até recuperarem a confiança. Esta foi uma das ocasiões em que Archino parece ter agido como político, sendo a outra, a subsequente, o processo de Trasíbulo, acusado de ilegalidade por apresentar uma proposição pela qual se conferia privilegio a todos que tinham tomado parte na volta do Pireu, embora todos soubessem que alguns eram escravos. Outra ocasião que se lhe apresentou, foi o caso de um dos desterrados que, na sua volta, começou a violar a anistia, sendo por isso citado por Archino ante o Conselho, persuadindo-o que o condenasse à morte, sem julgamento prévio, dizendo-lhes que assim deviam fazer, se quisessem conservar a democracia e cumprir os juramentos que haviam prestado, visto como se deixassem escapar aquele homem, animariam a que outros o imitassem, enquanto que se o executassem, dariam um exemplo que todos teriam sempre presente. Isto foi justamente o que aconteceu, porque depois da sua execução, ninguém mais violou a anistia, mas pelo contrário, os Atenenses portaram-se, tanto pública como privadamente, de um modo admirável e que não tinha precedentes no que se referia aos passados distúrbios. Não só limpavam todas as manchas dos agravos anteriores, como também satisfizeram aos Lacedemônios, do tesouro público, todas as somas que os Trinta haviam pedido emprestado para a guerra, muito embora o tratado estabelecesse que cada parte, tanto a cidade como o Pireu, pagasse as suas separadamente. Se assim foi feito, é porque julgaram que esse era um passo necessário para estabelecer a verdadeira concórdia. Porém, em outros Estados, longe dos partidos democráticos que fazem adiantamentos de suas próprias possessões, costumam estabelecer distribuições gerais de terras. Dois anos depois da cessão, durante o mandato do Arconte Senaeneto, fez-se a reconciliação final com os secessionistas.

Durante a época de que estamos falando, o povo que se havia apoderado do governo da República, pôs em vigor a constituição existente em nossos dias. Naquela época o Arconte era Pitodoro mas parece que a democracia assumiu o poder supremo dentro da justiça, posto que devesse o seu retorno aos seus próprios esforços. Essa foi a undécima mudança que experimentou a constituição ateniense. A primeira modificação que sofreu seu estado primitivo foi quando Íon e seus companheiros uniram o povo, que até então estivera dividido em quatro tribos, em comunidade, criando os reis tributários. Depois desta primeira alteração, houve outra, durante o reinado de Teseu, que consistiu num ligeiro desvio da monarquia absoluta. Veio depois a constituição formada nos tempos de Drácon, quando foi redigido o primeiro código de leis. A terceira transformação foi a que sucedeu à guerra civil, nos tempos de Sólon, tendo, desse movimento, surgido a democracia. A quarta, foi a tirania de Pisístrato. A quinta, foi a constituição de Clístenes, depois da deposição dos tiranos, de caráter mais democrático que a de Sólon. A sexta, foi a que se seguiu às guerras pérsicas,

quando o Conselho do Areópago se encarregou da direção da República. A sétima, foi a constituição esboçada por Aristides e completada por Ephialtes ao derrubar o Conselho do Areópago. Durante o governo deste último, a nação reduzida pelos demagogos, incorreu nos mais graves erros com relação aos interesses do seu império marítimo. A oitava, foi o estabelecimento dos Quatrocentos. A nona, foi a restauração da democracia. A décima, a tirania dos Trinta e dos Dez, sendo a undécima, a que sucedeu à volta dos refugiados de Philé e do Piro. Essa última transformação tem resistido até os nossos dias, com o contínuo aumento do poder do povo. A democracia apoderou-se de tudo e administra com seus votos na Assembléia e no Palácio de Justiça, nos quais exerce seu poder supremo. Mesmo a jurisdição do Conselho descansa nas mãos do povo em grande parte, parecendo isso muito judicioso, pois que as pequenas corporações estão mais sujeitas que as grandes à corrupção, já mediante suborno, já mediante influência. No princípio foi recusado conceder remuneração por assistência à Assembléia, dando em resultado que o povo não comparecia às suas sessões. Em vista disso, depois que os Pritanos projetaram, em pura perda, varias medidas para induzir o povo a comparecer à Assembléia e ratificar a sua votação, Agirio, como primeira providência, estabeleceu a gratificação de um óbolo diário, que Heradides de Clazomene, chamado o rei aumentou para dois, e Agirio, novamente, para três.

## **XLI**

O estado atual da constituição é o seguinte: Todos os cidadãos que o sejam pela parte materna e paterna, gozam dos direitos políticos, vigorando os mesmos desde os dezoito anos. Para isso, os funcionários encarregados da verificação dos candidatos à vida pública, emitem seus votos mediante juramento, fazendo constar primeiramente, se é certo que os candidatos têm a idade prescrita pela lei; em segundo lugar, se o candidato é livre de nascimento e pelos pais, tal como a lei também prescreve. Então, se não o declaram livre, apela para o tribunal de juristas, sendo que os representantes do povo indicam cinco entre eles para servirem como acusadores; se perde, não tem direito algum a ser declarado cidadão e é vendido pelo estado como escravo, mas, se vence, fica gozando de todos os direitos entre os cidadãos, sem que se lhe possa opor impedimento algum. Depois disso o Conselho comprova se o candidato reúne as condições requeridas e, se chega à conclusão de que algum ainda não tem dezoito anos, multa os que o admitiram. Quando os jovens ou efebos são admitidos, seus pais reúnem a sua tribo, nomeando, mediante juramento, três dos pertencentes a ela, que tenham mais de quarenta anos de idade, os quais, a seu ver, são os mais indicados para se encarregarem da educação da juventude, escolhendo então a Assembléia, entre estes, um por tribo, como guardião, Juntamente com um diretor, selecionando entre o corpo geral ateniense que os dirige a todos.

Uma vez entre as ditas pessoas, os jovens começam a correr o círculo dos templos, dirigindo-se logo ao Pireu, alguns, enquanto outros vão para a guarnição de Múnicia e outros ainda, para a costa do Sul. A Assembléia elege também quatro instrutores que lhes ensinam a luta revestidos de uma pesada armadura, exercitando-os no manejo do arco e a disparar a catapulta. A República paga aos guardiões uma dracma por cabeça, recebendo os efebos quatro óbolos cada um. Cada guardião percebe a gratificação correspondente aos pertencentes à sua tribo, adquirindo as provisões necessárias para o grupo, pois se reúnem por tribos, estando a seu cargo a direção geral. Desta maneira passam o primeiro ano. No seguinte, apresentam-se em público, aproveitando a ocasião em que a Assembléia se reúne no teatro. Aí então executam suas evoluções militares, recebendo, da parte da República, uma lança e um escudo. Após isso, estando aptos para a vida pública do país, fazem o serviço de patrulhamento, ficando incluídos na guarnição durante dois anos, usando túnica militar e ficando isentos de qualquer tributo durante todo o tempo de serviço, Não podem ser processados, medida esta que tem por fim evitar que tenham motivos para pedir licenças, embora haja exceções em casos de litígio concernentes a tutela do Estado, ou qualquer cerimonia de sacrifício relativo à família a que pertençam. Logo que terminam os dois anos, passam a ocupar seu lugar na sociedade, entre os demais cidadãos.

## **XLII**

Todos os magistrados encarregados da máquina administrativa são eleitos por sorteio, exceto o Tesoureiro Militar, os Comissários do Fundo Teórico e o Diretor dos Mananciais. Estes são eleitos por votação, desempenhando suas funções desde a festa de Panatenaica até à seguinte. Todos os oficiais militares também são eleitos por votação.

O Conselho dos Quinhentos é eleito por sorteio, correspondendo cinquenta por sorteio; os quatro primeiros, se desempenha a função de Pritão por sua vez, sendo a sucessão determinada por sorteio; os quatro primeiros, servem trinta e seis dias cada um, os últimos seis, trinta e cinco, embora o calculo seja feito por anos lunares. Os Pritanos em funções, reúnem-se no Tolo, percebendo certa soma para alimentação, soma que é estipulada e sufragada pelo Estado, cabendo-lhes, também, convocar as sessões do Conselho e da Assembléia. O Conselho é convocado todos os dias, exceção feita dos dias de festas, sendo a Assembléia convocada quatro vezes por cada Pritão. Também têm a seu cargo redigir o programa das sessões da Assembléia. Uma dessas sessões, em cada Pritão, chama-se Assembléia Soberana, assim chamada em virtude de que, nela, o povo tem que ratificar a continuação dos magistrados em função. Nesse dia podem apresentar imputações, os que assim o desejarem. São lidas também as listas das propriedades confiscadas pela República, bem como são apresentados outros assuntos fora do comum e que interessem ao povo e ao Estado. Tudo é discutido de modo que nada seja aprovado sem que sejam ouvidas as reclamações e sem que o ignore a parte interessada. No sexto Pritão, além dos assuntos mencionados, põe-se em votação, se é de desejar um voto de ostracismo ou não, ouvindo-se as queixas contra os acusadores profissionais, quer se trate de Atenenses ou estrangeiros domiciliados em Atenas, em número de três, no máximo, por cada classe, juntamente com os casos em que alguém haja contraído algum compromisso como povo e não o tenha cumprido. Também há uma Assembléia em cada Pritão que atende as petições. Nesta sessão todos gozam do direito de depositar o ramo de oliveira do suplicante para falar ao povo a respeito de qualquer assunto público ou particular. As outras duas sessões são reservadas para todos os demais assuntos, requerendo-as a lei para que tratem três pontos relacionados com a religião, três relativos aos heráldicos e embaixadas, e três sobre assuntos seculares. Algumas vezes apresentam-se assuntos sem o voto preliminar da Assembléia para que sejam tomados em consideração.

Os heraldos e enviados apresentam-se primeiramente ante os Pritanos, e os portadores de mensagens entregam também aos funcionários.

## **XLIII**

Os Pritanos têm apenas um presidente, eleito por sorteio e que os preside pelo espaço de uma noite e um dia; não pode desempenhar o cargo por mais tempo, nem pode ser nomeada duas vezes a mesma pessoa. O Presidente é quem fica de posse das chaves dos santuários onde estão guardados os tesouros e registros públicos do Estado, bem como o selo público, sendo obrigado a permanecer no Tolo com uma terça parte dos Pritanos, de sua escolha. Sempre que os Pritanos convocam o Conselho ou a Assembléia para sessão, nomeia por sorteio, nove Proedros, um por cada tribo, exceto o que desempenha a função de Pritano durante esse tempo, sendo que entre os aludidos nove, um é indicado de igual modo como presidente, entregando-se-lhe o programa da sessão. Então tomam conta dos seus cargos, ocupando-se da ordem e determinando os vários assuntos que devem ser tratados, decidindo também os resultados da votação e dirigindo os debates em geral. Gozam igualmente de poderes para dissolver a sessão. Ninguém pode atuar como presidente mais de uma vez durante o ano podendo, entretanto, ser Proedro, uma vez em cada Pritão,

As eleições para os cargos de General e Hiparco e todas as funções militares, são propostas na Assembléia de modo que o povo decida; são propostas depois da sexta pritanea pelo primeiro conselho de Pritanos, uma

vez que os presságios sejam favoráveis quando terminam a função. Contudo, também neste caso, tudo deve ser precedido preliminarmente pela consideração por parte do Conselho.

#### **XLIV**

Noutros tempos o Conselho gozava de plenos poderes para impor multas, encarcerar e condenar a morte, mas quando se deu a entrega de Lisímaco ao Verdugo, e esperava, reunido, para receber a notícia imediata de sua execução, Eumelides de Alopezo arrancou-o das mãos do executor, sustentando que nenhum cidadão devia ser condenado

à morte, a não ser por decisão de um tribunal legalmente constituído. Devido a isso Lisímaco foi processado perante

um tribunal, sendo absolvido; daí em diante o povo vedou ao Conselho de aplicar pena de morte, encarceramento ou multa, e promulgando uma lei, pela qual, se o Conselho condenava a quem quer que fosse por agravo ou impunha a multa, os Thesmotetos apresentariam a sentença ou a multa ante a audiência, devendo ser a decisão dos jurados aceita como definitiva nestes casos. O Conselho julga quase todos os magistrados, especialmente os encarregados da administração de fundos, porém, sua decisão não é definitiva, estando sujeita a apelação para os tribunais. Os particulares podem também prestar informações contra qualquer magistrado que tenham por haver violado as leis, mas mesmo neste caso cabe apelação para os tribunais, se o Conselho nega o delito imputado. O Conselho examina também aos que tenham de funcionar como membros durante o ano subsequente, bem os nove Arcontes. O Conselho gozava anteriormente de plenos poderes para afastar os candidatos aos cargos, por incapacidade, porém, hoje, estes têm o direito de apelar para os tribunais. Portanto, em tudo isto, não tem o Conselho decisão final. Contudo, é a ele que cumpre ter primeiramente conhecimento de todos os assuntos que devem ser submetidos à Assembléia, não podendo esta votar coisa alguma, a menos que tenha sido considerada pelo Conselho, e que os Prítanos a tenham feito figurar no programa, pois quem apresenta uma proposição diretamente à Assembléia, fica sujeito a processo por proposição ilegal,

#### **XLV**

O Conselho coopera com os demais magistrados em quase todas as suas funções, Primeiramente com os tesoueiros de Athenéia, que são dez, eleitor por sorteio, e um por tribo. Segundo a lei de Sólon, que ainda se acha em vigor, devem pertencer aos Pentacosimedimnios, porém, de fato, a pessoa em quem recai a sorte, desempenha o cargo, ainda que seja desprovida de fortuna. Estes funcionários encarregam-se da estatua de Athenéia, das figuras da Vitória e de todos os demais ornamentos do templo, assim como também tomam conta do dinheiro, em presença do Conselho. Vêm, a seguir, os Comissários dos Contratos Públicos (Poletae), que são dez, eleitos por sorteio, um por tribo, e que ficam encarregados do arrendamento dos serviços públicos. São eles que arrendam as minas e os impostos, juntamente com o Tesoureiro Militar e os Comissários do Fundo Theorico, ante o Conselho, outorgando aos indivíduos indicados por votação do Conselho, as minas do Estado, cujo contrato é feito por três anos, assim como as que são devidas a convênios especiais, por dez anos. Também vendem, perante o Conselho, os bens dos que foram desterrados pelo Tribunal do Areópago, como também os daqueles cujas mercadorias foram confiscadas, sendo todos estes atos ratificados pelos nove Arcontes. Também são entregues ao Conselho as listas dos tributos que tenham sido calculados para o ano, inscrevendo-se em tabuletas brancas o nome do arrendatário e a soma paga. Formam listas separadas dos que tem que pagar seus prazos em cada Pritão e dos que pagam três vezes ao ano, bem como dos que pagam somente no nono Pritão. Redigem igualmente uma lista de bens e edifícios de residência que tenham sido confiscados e vendidos por ordem dos tribunais, visto como também essas estão sob o seu domínio. Quanto às casas de residência, seu valor deve ser satisfeito em

cinco anos, e quanto as granjas, em dez. Os prazos são satisfeitos no nono Pritão. Ademais, o Rei-Arconte apresenta ao Conselho os arrendamentos dos lugares sagrados, escritos em tabuletas brancas. Também estes são arrendados por dez anos, sendo os prazos também satisfeitos no nono Pritão, reunindo-se, por isso, nesse Pritão, a maior soma em dinheiro. As aboleta que contém as listas dos prazos, são levadas ao Conselho e o secretario público toma-as a seu cargo. Quando se tem de fazer o pagamento de um dos prazos, ele toma da lista e cancela a data cujo pagamento foi feito, entregando-a aos respectivos encarregados para os fins de direito, e guardando as outras, afim de que nenhuma data seja cancelada antes do pagamento.

#### **XLVI**

Há dois Contadores Gerais chamados Apodectae, eleitos por sorteio e cabendo um por cada tribo. Estes funcionários tomam a seu cargo as tabelas, cancelando os prazos, à medida que vão sendo liquidados, o que fazem ante o Conselho, no salão de sessões, devolvendo as tabelas ao secretario público. Se alguém deixa de satisfazer o pagamento, toma-se nota, ficando o devedor na obrigação de pagar o dobro da importância não paga, e, na sua falta, é encarcerado. O Conselho tem plenos poderes, que lhe são concedidos pelas leis para compelir aos ditos pagamentos e para condenar ao cárcere. Recebem todos os pagamentos num dia, repartindo o dinheiro entre os magistrados. No dia seguinte apresentam a nota da distribuição feita, escrita numa taboia de avisos, lendo-a perante o salão do Conselho e perguntando publicamente se há alguém que alegue imoralidade sobre a distribuição feita, tanto com relação a algum magistrado como a algum particular, sendo que se houver alguém acusado de imoralidade, o caso é submetido à votação. O Conselho nomeia também dez auditores chamados Lojistas, eleitos mediante votos entre seus componentes, para que comprovem as contas dos magistrados durante cada Pritão. Igualmente elege um inspetor de contas, denominado Euthunus, que é eleito em cada tribo com dois assessores chamados Paredri, por inspetores, e cuja função consiste em abrir a audiência durante as horas do mercado ordinário, mantendo-se cada um deles em frente à estatua do herói Epônimo de sua tribo. Se alguém deseja apresentar alguma queixa, tanto baseada em assuntos públicos, como particulares contra qualquer magistrado que tenha aprovado sua conta ante os tribunais, dentro de três dias depois da aprovação, inscreve seu nome em uma tabuleta branca e o do magistrado acusado, juntamente com a imoralidade alegada. Também acompanha uma solicitação de multa pela quantidade que lhe pareça proporcionada, entregando-a ao Inspetor. Este último toma-a a seu cargo e, se depois de sua leitura, considera o caso comprovado, entrega-a ao tribunal local, si se trata de um caso particular, tribunal este que apresenta os casos à tribo correspondente, em quanto que, si se trata de um caso público, a solicitação é inscrita no Registro dos Thesmotetos. Então, se estes últimos a aceitam, apresentam novamente as contas dos magistrados em questão, ao tribunal, sendo a decisão, aprovada pelos jurados como concludente.

#### **XLVII**

Cumpra também ao Conselho inspecionar os cavalos pertencentes ao Estado, bem como os de propriedade particular. Se alguém que possui um desses equinos não o trata convenientemente, é passível de multa. Quando um animal, por qualquer motivo, embora de propriedade particular, não serve para prestar serviço, marca-se-lhe com um sinal especial. O registro da cavalaria é feito pelos Comissários do alistamento, chamados Catalogeis, que são em número de dez, elegidos pela Assembléia em votação nominal. São eles que fazem a entrega aos Hiparcos e Philarcos do registro dos alistados, ficando estes funcionários com os ditos registros a seu cargo para os apresentar ao Conselho, abrindo-se ali a tabela selada que contém os nomes dos cidadãos pertencentes à cavalaria. Se algum dos que figuram na lista, apresentasse certificado que provasse a sua incapacidade física para a montaria, seria riscado. Quando isso acontece faz-se a chamada dos recentemente alistados, sendo que se algum destes apresenta certificado de incapacidade física ou econômica para servir na cavalaria, fica dispensado, porém quando o certificado em questão não é

apresentado, o Conselho vota se o indivíduo em questão é ou não apto para o serviço. Se votarem afirmativamente, seu nome é inscrito na tabela, em caso contrário, fica dispensado do serviço como os demais.

Antes era o Conselho quem resolvia tudo quanto se referisse aos planos dos edifícios públicos, bem como sobre os contratos feitos para fornecimento de confecções de Athenéia. Porém, agora, isso compete a um jurado adjunto dos tribunais, nomeado por sorteio, visto como se demonstrou que o Conselho tinha manifestado favoritismo quanto a suas decisões: Quanto aos serviços de estatuaría da Vitória, bem como os prêmios concedidos nas festas Panathenaicas, ficaram divididos entre o Conselho e os Tesoureiros Militares.

Também está afeito ao Conselho o estudo referente aos doentes pobres. Visto como existe uma lei que estatui que os que tiverem menos de três minas e estiverem em tais condições, que se achem incapacitados para qualquer trabalho, uma vez inspecionados pelo Conselho, receberão dois bolos diários, como subsídio por parte do Estado, sendo eleito um tesoureiro por sorteio que ficará encarregado de tal tarefa.

Em geral, é também o Conselho que coopera na maior parte dos deveres concernentes aos demais magistrados. Acabamos aqui a lista de todas as funções que, direta ou indiretamente, competem a esta Corporação.

#### **XLVIII**

Há dez Comissários para as Reparações dos Templos, que são eleitos mediante sorteio e que recebem a quantia de trinta minas para atenderem às reparações necessárias.

Há também dez Comissários da Cidade, denominados Astynomi, dos quais, cinco desempenham suas funções no Pireu e cinco, na Cidade, propriamente dita. Sua função principal é impedir que as jovens tocadoras de flauta, harpa e lira não se contratem por mais de duas dracmas e, se houver mais de um pretendente que deseje contratar a mesma jovem, realiza-se um sorteio, sendo ela entregue a quem for indicado pela sorte. Ocupam-se também de que nenhum coletor de matérias desagüe suas sujidades a menos de dez estádios das muralhas, evitando também que o povo ponha obstáculos nas ruas por qualquer meio, que os canais de saída das águas sejam insuficientes e alaguem as ruas, e que as portas se abram para fora. Também lhes cumpre retirar os cadáveres dos que morrem na via pública, para o que dispõem de um corpo de escravos do

Estado, que está sempre às suas ordens.

#### **XLIX**

Os Comissários de Mercados, chamados Agoranomi, são eleitos por sorteio, correspondendo cinco para o Pireu e cinco para a cidade: A função consiste em zelar para que todos os artigos oferecidos à venda no mercado, sejam puros e sem adulteração.

Os Comissários de Pesos e Medidas, isto é, os Metronomi, são eleitos também mediante sorteio, sendo, da mesma forma, cinco para o Pireu e cinco para a cidade. Sua missão é vigiar os mercadores e constatar se os pesos e medidas em uso, são legais.

Antes havia dez Comissários do Trigo, cinco para a cidade e cinco para o Pireu, porém agora são vinte para a cidade e quinze para o Pireu. Suas funções são: primeiro — observar se o trigo em bruto oferecido no mercado é vendido a preços razoáveis; segundo — inquirir se os moleiros vendem farinha de cevada em

preço proporcional ao da cevada propriamente dita, bem como fiscalizar que os padeiros vendam o pão em preço proporcional ao do trigo e de peso conforme o indicado pelos Comissários, visto como a lei ordena que seja fixado o peso padrão.

## L

Os Onze são também eleitos por sorteio, encarregando-se dos presos que se acham nas prisões da República; ante eles comparecem os ladrões, seqüestradores e descuidistas, sendo que, se confessam os crimes, são executados, e, em caso contrario, quando negam, são julgados pelos tribunais. Se forem absolvidos, obtêm logo a liberdade: se são condenados, são logo executados.

São os Onze também que apresentam as listas dos terrenos e propriedades reclamadas como pertencentes ao Estado, sendo que, quando fica positivada a propriedade do Estado, são os ditos imóveis entregues aos Comissários encarregados dos Contratos Públicos. Os Onze são igualmente encarregados de discutir as denúncias formadas contra os magistrados para os quais é pedida a destituição; esta função figura dentro do seu raio de ação, porém alguns dos litígios são entregues aos Thesmotetas.

Há também cinco Procuradores, chamados Esisagogeis, eleitos por sorteio, um por cada tribo, que estudam e preparam os litígios mensais para os tribunais. Os litígios mensais são: recusar o pagamento de uma dotação quando uma das partes esteja obrigada a isso; recusar o pagamento do ágio sobre dinheiro emprestado a doze por cento, ou quando alguém deseja empreender negócios no mercado e haja tomado de terceiros o capital necessário para iniciá-los. Também estão incluídos nesta classe os litígios por difamação, bem como os que surgem nas sociedades mercantis, e ainda os referentes a escravos e aos bancos. Estes casos são decididos como litígios mensais, sendo apresentados pelos funcionários aos quais estão afetos, sendo que os Contadores Gerais desempenham as mesmas funções a favor ou contra os Arrendatários de Impostos. Os litígios cuja importância não exceda de dez dracmas são tratados como ação sumaria, porém os que excedam dessa quantia são levados aos tribunais como litígios mensais.

## LI

Os Quarenta são eleitos também mediante sorteio, quatro por tribo, ante os quais devem ser apresentados todos os litígios pelos que os entabularem. Antes eram trinta, porém, desde a oligarquia dos Trinta, seu número foi aumentado para quarenta. Gozam de plenos poderes para decidir os litígios em que a soma inicial não seja inferior a dez dracmas, sendo que, quando esse valor é ultrapassado, as questões passam a ser tratadas pelos Árbítrios. Estes se encarregam do pleito e, quando não é possível conduzir as partes a um fim, pronunciam sua incompetência. Se, ao contrario, conseguem satisfazer a ambas as partes e estas o acatam, considera-se a questão encerrada. Quando uma das partes apela para os tribunais, os Árbítrios encerram as provas, as informações, e as leis que regulam a questão, em duas urnas; os do demandante numa e os do demandado noutra. Estas urnas são seladas, depois de se lhes ter juntado a prova de incompetência do Arbitro, e são depositadas sob a custódia de quatro justiça, cuja função é apresentar os litígios em nome da tribo do demandado. Estes funcionários tomam tudo a seu cargo e preparam o caso para os tribunais, submetendo-o a um júri de duzentos e um membros nos pleitos de importância até mil dracmas, ou a um de quatrocentos membros se a importância é maior. Não pode ser empregada lei alguma, nem se fazer qualquer prova, além das aduzidas anteriormente ante o Arbitro, e que foram encerradas nas urnas.

Os Árbítrios são pessoas que contam sessenta anos e aproximam-se à classe dos Arcontes e dos Eponimos. Estes últimos estão divididos em dois grupos, os dez que dão seus nomes às tribos e os quarenta e dois correspondentes aos anos de serviço. Quando os jovens se enquadravam entre os cidadãos, seus nomes eram registrados em taboas brancas, juntando-se o do Arconte em cujo ano tinha sido feito o registro e o do

Epônimo em função durante o ano anterior; atualmente inscrevem-se em uma coluna de bronze situada em frente à Câmara de Conselhos, junto dos Eponimos das tribos. Então os Quarenta tomam o ultimo dos Eponimos dos anos de serviço e assinalam as arbitragens aos indivíduos pertencentes ao ano em curso, pondo-se a sorte para determinar quais os arbitramentos que têm de fazer, sendo cada um obrigado a dar execução ao que lhe couber por sorte. A lei ordena que todo aquele que não tenha servido como Arbitro quando atingir a idade regulamentar, perderá todos os direitos civis, a não ser que no momento esteja ocupando outro cargo ou se ache ausente do país. Estes são os únicos casos de exceção. Todo aquele que sofra injustiça por parte do Arbitro poderá apelar para o Conselho de Árbitros e se este achar o magistrado em questão realmente culpado, aplicar-lhe-à a pena de perda dos direitos civis, como manda a lei. Contudo, o que sofrer tal condenação, tem direito também a apelar. Os Eponimos exercem funções no que concerne ao serviço militar. Todos que atingem a idade militar são enviados a serviço, avisando-se que os homens desde tal ou qual Arconte e Epônimo até tal Arconte e Epônimo têm de sair em serviço de expedição militar.

## LII

Os magistrados seguintes são também eleitos mediante sorteio: Cinco Comissários de Caminhos, chamados Hodopei, que com um certo número de escravos públicos são encarregados da observação das estradas; dez Auditores, com dez ajudantes, que são encarregados de tomar contas das pessoas que tenham desempenhado qualquer cargo. Estes são os funcionários que inspecionam as contas dos que estão sujeitos a exame, e que as apresentam aos tribunais para que as estude. Se descobrem que algum magistrado incorreu em desfalque, os jurados o condenam por roubo, sendo o acusado obrigado a restituir dez vezes a soma de que se apropriou indevidamente, Se um magistrado é acusado de se deixar subornar e os jurados o declaram culpado do crime imputado, multam-no por corrupção, sendo o acusado igualmente obrigado a pagar uma multa dez vezes superior ao valor do suborno, Quando se prova que um magistrado se houve com má conduta, o mesmo é multado, sendo obrigado a satisfazer o valor da multa, sem aumento, antes do nono Pritão, em caso contrario, a multa passa a ser dobrada.

O Secretario do Pritão é também eleito por sorteio e é encarregado de todos os documentos públicos aprovados pela Assembléia, comprovando as transcrições de todos os demais documentos oficiais, sendo obrigado também a assistir as sessões do Conselho.

A Assembléia elege também por sorteio os Comissários da Adoração Pública, chamados Hieropoei, conhecidos também como Comissários dos Sacrifícios, visto serem os encarregados de oferecer os sacrifícios indicados pelo Oráculo. Também são eleitos pela Assembléia, mediante sorteio, dez outros que se chamam Comissários Anuais, que oferecem certos sacrifícios e administram todas as festas quadrienais, exceto as Panathenaicas. Ao conjunto de festas que tomou este nome, juntou-se depois a de Hephaestia, durante o mandato do Arconte Cephirson.

Também são eleitos por sorteio um Arconte para Salamina e um Demarca para o Pireu. Estes funcionários celebram as festas de Dionysos nos lugares citados, sendo denominados Choregi. Contudo, em Salamina ainda se proclama publicamente o nome de Arconte ao invés de Choregi.

## LIII

Com referencia aos nove Arcontes, já explicamos o modo como são nomeados, desde os mais remotos tempos. Actualmente são eleitos seis Thesmotetos por sorteio, juntamente com um oficial; além destes são eleitos um Arconte, um Rei e um Polemarca, sendo todos interrogados primeiramente pelo Conselho dos Quinhentos, sendo que o oficial o é pelo tribunal. Antigamente ninguém podia tomar conta do seu cargo sem

primeiramente ser interrogado e aprovado pelo Conselho, porém, hoje, já é permitida a apelação para o tribunal, que é considerado como autoridade final.

Os interrogatórios são feitos perante testemunhas e, conforme as respostas e o que digam as testemunhas, o candidato é enviado ao Conselho com o resultado do interrogatório, para que seja aprovado ou recusado, e, ao tribunal, para que pronuncie seu voto final. Anteriormente era um só indivíduo que emitia voto, porém, atualmente, todos os membros do Conselho são obrigados a votar, de modo que se algum candidato de conduta pouco recomendável consegue iludir seus acusadores, o tribunal o poderá desqualificar. Uma vez tendo sido aprovado pelo Conselho, os Arcontes prestam juramento, findo o qual, dirigem-se para a Acrópole, repetindo ali as mesmas palavras e tomando, a seguir, posse do cargo.

#### **LIV**

O Arconte, o Rei e o Polemarca, têm dois assessores cada um. Estes funcionários são interrogados pelos tribunais, antes de tomarem posse de seus cargos, sendo responsáveis por todos os seus atos, de que têm que prestar contas.

Logo que o Arconte entra em exercício, lança uma proclamação declarando que continuará a guardar tudo quanto se achava sob os cuidados do seu predecessor. A seguir, nomeia um Choregi para tomar a seu cargo cada uma das festas que, em conjunto, são chamadas festas Dionisiacas.

Essas são as festas cuja inspeção está afeita diretamente ao Choregi. Com respeito aos litígios e denúncias também devem ser apresentados ao Arconte pelos tribunais, e são as seguintes: agravos aos sacerdotes; o acusador neste caso não está sujeito a qualquer pena por apresentar a denúncia; agravo aos órfãos (estas denúncias são feitas contra os tutores); agravos a uma pessoa submetida à tutela do Estado (estas acusações são contra os tutores ou contra os maridos); dano à propriedade de um orfão (também contra os tutores); alienação mental, na qual uma das partes faz carga sobre a outra por haver prejudicado sua propriedade, pela sua debilidade mental; determinação entre reclamações rivais, no que se refere a uma tutela; concessão de inspeção de uma propriedade contra a qual reclama uma das partes. Também é o Arconte quem cuida dos órfãos e pupilos do Estado, bem como das mulheres viúvas, cujos maridos, ao morrer, as tenham deixado grávidas. Também está a seu cargo arrendar as casas de propriedade dos órfãos e pupilos do Estado até que atinjam a idade de quatorze anos, bem como tomar outras providências necessárias para a sua proteção. Tais são os deveres do Arconte.

#### **LV**

Antes de tudo mais, o Rei inspeciona os Cultos juntamente com o Inspetor de Cultos, sendo este o encarregado de organizar, com o Rei, tudo quanto diz respeito às festas dionisiacas, muito embora o torneio que se realiza por essa ocasião seja disposto exclusivamente pelo Rei. Também é ao Rei que compete receber qualquer denúncia por impiedade, assim como lhe compete igualmente dirimir toda e qualquer discussão referente aos ritos sacerdotais. Os processos por homicídio também lhe estão afeitos, bem como os de envenenamento e fogo posto, a não ser nos casos em que não forem premeditadas, hipótese em que ficam dependentes de julgamento do Conselho. Mas de um modo geral os processos por assassinato involuntário, ou atentado pessoal, são julgados pelo tribunal de Paládio. Quando o assassino confessa o homicídio e tem quem defenda o seu caso, justificando-o, do mesmo modo que quando um homem surpreende outro em pleno adultério, ou mata a outro por engano nos jogos atléticos, o culpado é julgado pelo tribunal de Delphino. Todos estes casos, exceto os que são julgados pelo Areópago, são presididos pelo Rei que apresenta os acusados ao ar livre. O acusado de homicídio, desde sua apresentação ao tribunal, fica excluído de acesso aos templos, sendo-lhe igualmente vedado entrar na praça do mercado. Quando o autor

do crime é desconhecido, a citação é dirigida nos seguintes termos: Contra o autor do crime. O Rei e os vice-reis de tribo são encarregados de julgar os casos em que a culpa recai sobre coisas inanimadas ou animais inferiores.

## **LVI**

O Polemarca oferece os sacrifícios a Artemisia e a Enyalio, dispondo o concurso nos funerais dos que morreram na guerra, sendo os ditos sacrifícios, além dos oferecimentos acima, dedicados ainda à memória de Harnodio e Aristogiton. É dever do Polemarca encarregar-se dos litígios particulares, dividindo-os em grupos, e designar cada grupo a uma tribo, sendo o caso entregue, por este; ao Arbitro correspondente.

Aos Thesmotetos cabe o poder de assinalar em que dias serão realizadas sessões nos tribunais e indicá-los aos diversos magistrados para que estes possam seguir as suas disposições. Também cabe aos Thesmotetos oferecer impedimentos perante a Assembléia e apresentar votos para a destituição de qualquer magistrado, bem como denunciar quem quer que seja que apresente alguma lei contrária aos interesses do Estado, e ainda representar contra os Proedrí, ou seu presidente, por qualquer lapso no desempenho de sua missão. Além desses casos, são também encarregados de certos processos particulares, nos quais se trate de mercadorias ou minas, ou quando um escravo tenha difamado um homem livre. Também lhes cumpre tirar a sorte para designar os tribunais aos vários magistrados, quer se trate de casos particulares ou públicos. Ratificam também os tratados comerciais, discutindo os casos que possam surgir. Os nove Arcontes são os que dirigem o sorteio dos jurados, juntamente com o secretário dos Thesmotetos, que ocupa o décimo lugar, desempenhando cada um sua função em nome de sua tribo. Tais são os deveres dos nove Arcontes.

## **LVII**

Também há dez Comissários para os jogos, chamados Atholthetos, que são eleitos por sorteio, na proporção de um por cada tribo. Estes funcionários desempenham seu cargo durante quatro anos, sendo encarregados da "comitiva Panathenaica, bem como da corrida hípica. São eles também que se ocupam das vestimentas de Athenéia, cumprindo-lhes igualmente a cerimônia da entrega do azeite aos atletas. O azeite é obtido das oliveiras sagradas. O Arconte pede o azeite aos proprietários das granjas onde são cultivadas as oliveiras sagradas, na proporção de três quartos de quartilho por cada árvore. Quando o Arconte tem em seu poder o azeite necessário para um ano de seu exercício, entrega-o aos Tesoureiros para que o guardem na Acrópole, não podendo voltar a ocupar seu lugar no Areópago enquanto não houver entregado aos Tesoureiros a quantidade fixada. Os Tesoureiros o guardam na Acrópole até as Panathenaicas, quando então o medem e entregam-no aos Comissários dos jogos, entregando-o estes, por sua vez, aos concorrentes vitoriosos. Os prêmios concedidos aos vencedores no concurso musical são em prata e ouro; aos vitoriosos relativamente em vigor físico, são em broqueis, e aos gananciosos nos exercícios ginásticos e corridas hípicas, em azeite.

## **LVIII**

I

Todos os funcionários para o serviço militar são eleitos por votação nominal. Em primeiro lugar são eleitos dez generais ou Estrategos, que antes eram eleitos um por tribo e agora o são entre os cidadãos. Seus deveres também são determinados por votação nominal, sendo nomeado um para dirigir a infantaria pesada em caso de guerra; um para a defesa interna do país, no caso em que a guerra atinja os limites do território nacional; dois vão para o Pireu, sendo um destinado para Múnicia e outro para a defesa da costa sul, ficando a cargo destes dois últimos a inspeção das Simmorias que nomeia os Trierarcas. Os demais ficam encarregados das questões que possam surgir e que requeiram solução imediata. A nomeação desses funcionários militares tem que ser ratificada por cada Pritão. Os generais gozam de plenos poderes, quando em serviço ativo, para

deter, a quem quer que seja, por insubordinação, podendo ir a punição até à destituição ou multa do infrator, contudo, raramente este direito é exercido.

Há também dez Texarcas, eleitos por votação nominal, que são encarregados de dirigir os membros de suas respectivas tribos e de nomear os capitães de companhia, chamados Lochagi. São eleitos igualmente dois Hiparcos para dirigir a cavalaria, tendo as suas ordens cinco tribos cada um, e gozando ainda das mesmas regalias e poderes dos generais. Também são eleitos dez Philarcas que têm na cavalaria as mesmas funções que os Taxiarcas na infantaria. Igualmente, para dirigir a cavalaria em Lemnos, é eleito, mediante votação, um Hiparco, havendo ainda um Tesoureiro do Paralo e outro dos Amnias, que são eleitos pela mesma forma.

## **LIX**

Entre os magistrados eleitos por sorteio, alguns, inclusive os nove Arcontes, eram eleitas antigamente pelas tribos, em seu conjunto. Os funcionários que recebem remuneração pelos seus cargos, são os seguintes: Primeiramente os membros da Assembléia, que percebem um dracma pelas sessões ordinárias e nove óbolos pela soberana. Os jurados nos tribunais recebem três óbolos e os membros do Conselho, cinco. Os Pritanos percebem uma indenização de um obolo para sua manutenção e o Arconte de Salamina, uma Iracema diário. Os Comissários dos jogos fazem suas refeições no Pritanêu, durante o mês de Hecatombaéon, quando se celebra a festa Panathenaica. Os deputados Amphictyonicos de Delos, percebem uma dracma diaria. Os magistrados enviados a Samos, Sciros, Lemnos ou Imbros, percebem uma subvenção especial para sua manutenção. Os cargos militares podem ser desempenhados varias vezes, não se dando o mesmo com os demais que só podem ser desempenhados uma vez, com exceção do de membro do Conselho, que pode ser desempenhado duas vezes.

## **LX**

Os jurados que se destinam aos tribunais, são eleitos pelos nove Arcontes, um por cada tribo, fornecendo os Thesmotetos mais um que completa a conta de dez. Há dez entradas para os tribunais, uma para cada tribo e vinte câmaras, duas para cada tribo, onde se realizam os sorteios: há também cem caixas, correspondendo der para cada tribo. Há ainda outras caixas onde são depositadas as papeletas dos jurados sobre os quais recaí o sorteio, e duas urnas. Todos que tiverem mais de trinta anos gozam do direito de ser jurados, a não ser que sejam devedores ao Estado, ou que tenham perdido os direitos civis. Se alguma pessoa, mesmo sem reunir os requisitos necessários, consegue ser admitida como jurado, e é descoberta, é chamada à responsabilidade e tem de comparecer à audiência. Se for julgada culpada, os seus julgadores indicam a multa ou castigo que merece. Cada jurado tem uma ficha onde está inscrito seu nome e o de seu pai, assim como uma das letras do alfabeto, visto como os jurados, em suas varias tribos, dividem-se em dez seções, correspondendo uma a cada letra. Quando os Thesmotetos decidem por sorteio quais as letras necessárias para assistir aos tribunais, o encarregado marca para cada tribunal a letra que lhe tenha sido assinalada por sorteio.

## **LXI**

As dez caixas mencionadas no capitulo anterior, são colocadas, na frente da entrada da cada tribo, marcadas com as letras do alfabeto desde alfa até kapa. Os jurados deixam cair nelas as suas papeletas, cada um na caixa que leva a mesma letra que vai estampada na papeleta. Feito isso, o encarregado a agita e o Arconte tira uma papeleta de cada caixa. À pessoa eleita deste modo, chama-se Colador de papeletas, ou Empectes, e seu trabalho resume-se em colar as papeletas tiradas da caixa, cm uma vara marcada com a mesma letra com que estava marcada a caixa em questão. Há cinco varas em cada uma das camadas assinaladas para o sorteio. Então o Arconte joga os dados e, assim, elege os jurados de cada tribo, câmara por câmara por

câmara. Os dados em questão são brancos e pretos e, segundo o número de jurados que se necessite, jogam-se outros tantos dados brancos, um por cada cinco papeletas, enquanto os demais são pretos e na mesma proporção. À medida que o Arconte vai extraindo os dados, o locutor vai dizendo os nomes dos eleitos. O Empectes fica incluindo entre os eleitos. Cada um dos jurados, quando é eleito, responde seu nome e tira uma ficha da Urna e, mostrando-a com a sua letra, apresenta-a ao Arconte que preside ao ato. Este, uma vez a tendo visto, coloca a papeleta do jurado na caixa onde está inscrita a letra que figura na ficha, de maneira que o jurado deve ir ao tribunal que lhe coube por sorte e não ao que é do seu gosto, evitando-se assim que ninguém possa ter jurados de sua predileção em qualquer tribunal. Para isso colocam-se as caixas perto do Arconte, tantas quantos forem os tribunais que se tenham de reunir nesse dia, levando as mesmas, as letras dos tribunais sobre os quais a sorte tenha recaído.

## **LXII**

Assim, o jurado, depois de ter mostrado sua ficha ao ajudante, tem o seu ingresso livre no tribunal. Então recebe uma senha que o identifica pela cor, e na qual figura a mesma letra que em sua ficha, ficando garantido o seu exercício no tribunal que lhe foi designado por sorteio, pois que si se dirigisse a outro qualquer, a sua senha o denunciaria pela cor. Cada tribunal se distingue pela cor com que está pintada a sua entrada. Por isso o jurado entra no tribunal que tem a mesma cor da sua senha, tribunal esse que é designado também com a mesma letra que está marcada na ficha do jurado. Ao entrara jurado no tribunal, recebe um certificado do oficial a quem por sorte tenha caído esta função. Ocupam depois os Jurados os seus lugares, sempre munidos de suas fichas e suas senhas, ficando terminado deste modo o processo para admissão de jurados. Os candidatos que não conseguirem ser eleitos, entrarão novamente na posse de suas papeletas que lhes serão entregues pelo Empectes. Os servidores públicos levam as caixas correspondentes a cada tribo, uma a cada câmara, com os nomes dos membros da tribo que estão no tribunal, e as entregam aos funcionários a quem está confiada a missão de devolver suas papeletas aos jurados de cada tribunal, de sorte que estes funcionários os passam a chamar pelos seus nomes e a lhes pagar os seus emolumentos.

## **LXIII**

Uma vez que tenham sido completados todos os tribunais, dispõe-se duas caixas de sorteio no primeiro tribunal, assim como alguns dados de bronze com as diversas cores dos vários tribunais e outros com os nomes dos vários magistrados que os presidem. Então dois dos Thesmotetes, eleitos mediante sorteio, colocam os dados de diversas cores, dentro de uma caixa, e os que levam os nomes dos magistrados, em outra. O magistrado cujo nome sair em primeiro lugar, fica proclamado pelo locutor para desempenhar sua função no tribunal que também sair em primeiro lugar e, assim sucessivamente. Este processo de designar os magistrados, tem por fim impedir que nenhum possa saber o tribunal onde vai funcionar, senão que cada um ocupará o tribunal que lhe couber por sorte.

Uma vez que tenham entrado os jurados e tenham sido designados para seus respectivos tribunais, o magistrado que preside cada um deles, tira uma papeleta de cada uma das caixas, num total de dez, uma por cada tribo, colocando-as numa caixa vazia; feito isso, retiram-se cinco papeletas, entregando-se uma à direção da clepsidra e as outras quatro ao encarregado de dar conhecimento dos votos. Isto tem por fim evitar qualquer irregularidade intencionada, tanto com respeito ao inspetor da clepsidra como aos encarregados de dar conhecimento dos votos, bem como para haver certeza de que não será cometida qualquer imoralidade. Os outros cinco que não tiveram sido eleitos para estas funções, recebem uma nota sobre a ordem em que os jurados devem perceber seus honorários e os lugares em que as diferentes tribos se devem reunir para esse fim, uma vez terminados os seus deveres, tendo tal sistema em vista que os jurados se reúnam em pequenos grupos para receber seus emolumentos» e não todos conjuntamente num só lugar.

## LXIV

Uma vez terminados estes preparativos preliminares proclama-se instalado o júízo. Si se trata de um dia dedicado a casos particulares, os litigantes são chamados perante o tribunal. Em cada uma das categorias definidas pela lei, são tomados quatro casos, jurando os litigantes limitar seus discursos ao assunto em debate. Se for dia determinado para causas públicas, chama-se os litigantes, julgando-se apenas uma causa. Às clepsidras (relógios d'água) que têm tubos de entrada e nos quais se verte água, são reguladas para marcar o tempo de duração dos debates. Quando é uma causa de importância superior a cinco mil dracmas, são colocados quarenta e cinco litros, e três litros e meio para cada uma das partes fazer contestação. Quando a importância da causa oscile entre uma e cinco mil dracmas, a clepsidra é regulada com trinta e um litros e meio para o primeiro discurso, e nove para contestação das partes; quando não chegue a mil dracmas, vinte e dois litros e meio para o primeiro discurso, e nove para a contestação. Para arbitramento entre reclamantes rivais, nos casos em que não haja contestação, concede-se vinte e sete litros. O funcionário eleito por sorteio para dirigir a clepsidra, coloca sua mão sobre o tubo de entrada da água na ocasião em que o secretário tem que proceder à leitura de alguma lei, resolução, tratado ou certificação. Contudo, quando um caso é levado a plenário, de conformidade com uma medida indicada para o dia, o funcionário não fecha a entrada do tubo, enquanto cada uma das partes não dispõe de igual quantidade de líquido. O tipo de medida em questão é o da duração dos dias no mês de Poseidon. A medida do dia é empregada nos casos em que a pena imposta é encarceramento, morte, desterro, perda de direitos civis ou confisco de mercadorias.

## LXV

A maior parte das audiências é integrada por quinhentos membros, e, quando são necessários júízos públicos ante um júri de mil membros, combina-se dois tribunais, combinando-se ainda para os casos mais importantes,

em que seja necessário um júri de mil e quinhentos membros, a reunião de três tribunais. As bolas de sorteio são de bronze, atravessadas por pequenas varas de forma cilíndrica, sendo metade do seu número perfuradas. Uma vez pronunciados os discursos, os funcionários encarregados da relação, entregam a cada jurado duas bolas, sendo uma, perfurada e outra, não. Isto se faz à vista das partes litigantes, com o fim de garantir que ninguém receba duas bolas perfuradas ou duas não perfuradas. Então o funcionário encarregado, toma as senhas das mãos dos jurados, entregando a cada um, à medida que vai recebendo as senhas e à medida que cada um emite seu voto, um comprovante de bronze marcado com o número 3, visto cada jurado receber três óbolos quando faz a entrega. Tal sistema é usado para garantir que todos votem, pois que ninguém recebe comprovante por não haver votado. No tribunal existem duas urnas, uma de bronze e outra de madeira, postas em pontos diferentes, de modo que ninguém possa colocar as bolas de má fé; aí depositam os jurados os seus votos. A urna de bronze é destinada a bola que produz efeito como força de voto; a de madeira, para as bolas contrárias. A urna de bronze tem um dispositivo que torna impraticável colocar duas bolas ao mesmo tempo, só sendo, assim, possível colocar a que serve de voto.

Antes dos jurados votarem, o locutor pergunta se os litigantes têm algum protesto a fazer contra qualquer das provas, visto como uma vez começada a votação, nenhuma contestação poderá ser feita. Então o locutor proclama que as bolas perfuradas correspondem ao demandante e as não perfuradas, ao demandado. Uma vez feito isso o jurado toma as duas bolas de modo que as partes não possam ver quais os valores da que está em cada mão, colocando ele a que surtirá efeito de voto, na urna de bronze e a outra na de madeira

## LXVI

Uma vez tendo votado todos os jurados, os ajudantes tomam da urna que contem os votos decisivos e esvaziam-na sobre um tabuleiro de contar, no qual há tantas cavidades quantas são as bolas, podendo-se

assim ver com facilidade e clareza, sobre o dito tabuleiro, quais as bolas perfuradas e quais as não perfuradas. Então os funcionários encarregados dos votos vão anunciando e colocando as bolas sem perfuração de um lado e as perfuradas de outro, apregoando então o locutor o número de votos; as bolas perfuradas pertencem ao acusador e as outras, ao acusado.

Quando surge alguma dúvida, a votação é feita novamente e pelo mesmo sistema, sendo devolvidos os comprovantes dos honorários pelos jurados, que, em troca, recebem novamente suas senhas. A cada uma das partes são concedidos dois litros e um quarto de água para que discutam as dúvidas e os danos. Finalmente, uma vez terminado tudo, de acordo com a lei recebem os jurados os seus honorários pela ordem fixada pela sorte.